

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MILENE BOBSIN

A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas
da Memória (Brasil 1964 - 1985)

Porto Alegre

2011

MILENE BOBSIN

A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas da Memória (Brasil 1964 - 1985)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Simone Rodeghero.

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Professora Carla Simone Rodeghero, pela orientação e ajuda na realização desta pesquisa. Por todos os ensinamentos ao longo de minha trajetória acadêmica. E por ter apoiado minhas ideias e acreditado em meu trabalho.

Aos meus amigos e minhas amigas da CEFAV, que acompanharam de perto esse momento final da minha graduação e pacientemente me ouviram reclamar nesses últimos meses. Por compartilharem madrugadas e domingos de sol, de muito estudo. E pela amizade. Em especial: à Renata Marcondes por tentar resolver os problemas do meu computador, à Patrícia Miguel por ter lido o trabalho em sua fase de construção e pelo interesse com andamento da pesquisa, à Fatiane Borges e Ariana Oliveira pelo quarto mais acolhedor e divertido da casa.

Aos colegas e amigos que também estiveram fazendo o Trabalho de Conclusão de Curso neste semestre, pela troca de informações e por compartilharem este momento. Em especial àqueles que trabalharam com relações de gênero.

Aos colegas do Projeto Marcas da Memória, pela troca e pelo aprendizado ao longo deste ano de trabalho e estudo.

Ao CHIST pelo espaço de formação e amadurecimento político dentro do curso de História. Viva a História Coletiva!

À minha irmã, Cláudia Bobsin, porque ela sempre fez tudo por mim.

Ao meu namorado, Alfredo Ranzan, pelo amor e pelo companheirismo.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as formas de luta contra a ditadura brasileira, que foi de 1964 a 1985, e as relações de gênero nesse contexto, em entrevistas do Projeto marcas da Memória: História Oral da Anistia. Dentro dessa perspectiva a pesquisa considera alguns aspectos da sociedade brasileira daquela época, como, por exemplo, os espaços de atuação femininos e masculinos entre público e privado, e também a memória desse tempo e como esta percebe e representa a atuação de homens e de mulheres na luta contra o poder instituído.

Palavras chave: relações de gênero, ditadura brasileira, memória social, publico/privado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1	17
1.1 Honório	18
1.2 Flávia e Marta	21
1.3 Nilce, Raul e Jair	26
CAPÍTULO 2	37
2.1 Agentes sociais na memória da ditadura	37
2.2 Repressão, tortura e militância	42
2.3 Resistência e narrativa	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Podemos perceber, nessa produção, diferentes formas de interpretar e dar sentido a esse momento: através da análise das instituições do Estado, da perspectiva jurídica, também a partir do estudo das organizações de esquerda ou de direita, ou ainda, por meio de relatos daqueles que, de alguma forma, participaram desse processo. A partir da disputa pela memória, variadas vozes em consonância ou dissonância participaram e participam dessa elaboração com diversos tipos de registros, aprofundando e ampliando os olhares sobre o período.

A história oral tem sido uma das metodologias para estudar o Estado de exceção em nosso passado recente. Dela resultam narrativas dos/das protagonistas, que assumem a condição de fontes para a pesquisa histórica. O projeto Marcas de Memória é um exemplo desse tipo de iniciativa. Seu objetivo é construir um acervo de fontes orais e audiovisuais, partindo das premissas da história oral para registrar experiências de vida daqueles(as) que foram afetados(as) pela repressão, preferencialmente que foram contemplados(as) pela Lei n.º 10.559/02.¹ (Brasil, 2002)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Núcleo de Pesquisa Histórica, é uma das universidades brasileiras que participa da elaboração desse material, com dezoito entrevistas gravadas, filmadas e transcritas. O resultado final do trabalho será enviado para o Memorial da Anistia, do Ministério da Justiça. Participo desse projeto, como bolsista. O trabalho da equipe consiste em contatar o(as) entrevistado(as) e buscar informações sobre suas trajetórias políticas na luta contra a ditadura para, com isso, elaborar os roteiros de perguntas. Depois da filmagem e gravação das entrevistas, em parte das quais participo, a equipe transcreve o material. Como preparação para essa empreitada, assistimos ao conteúdo do projeto Memória Digital, pertencente ao Acervo da Luta Contra a Ditadura, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. São relatos concedidos, há vários anos, por pessoas que, no Rio Grande do Sul, também sofreram com a repressão e se dispuseram a falar sobre o assunto.

Ao analisar esse material do Acervo da Luta Contra a Ditadura, percebi que havia algumas especificidades nas formas de rememoração. Em geral, as entrevistas de mulheres carregavam um tom bastante singular em relação às entrevistas masculinas. As formas de falar sobre o passado na exposição delas eram mais relacionadas a como suas atuações políticas

¹Essa lei regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, redefinindo o regime jurídico do anistiado político, sua condição e reparação. Foi um mecanismo legal para que pudessem ser pagas indenizações por parte do Estado aos cidadãos que julgassem necessária essa forma de compensação.

geraram consequências no âmbito pessoal de suas vidas, enquanto que nos relatos dos homens era possível verificar apresentações mais gerais, falando sobre partidos, organizações, conjuntura política, etc. Enfim, eram relatos sobre a vida pública deles.² Este fato me fez questionar: será que homens e mulheres lembram e narram suas experiências passadas de maneiras diferentes? É possível pensar a construção da memória a partir de relações de gênero?

A inserção do campo de estudos de gênero nas análises históricas vem, há algumas décadas, enriquecendo e ampliando o olhar da produção de conhecimento sobre o passado, bem como fomentando o debate acerca da percepção de quem são os(as) protagonistas da história que está sendo escrita. Dentro dessa discussão, tentarei entender a relevância que a relação entre público/privado, central no pensamento político ocidental, tem para o entendimento de como se articulam as diferenças de gênero no contexto da ditadura brasileira, tomando como fonte os depoimentos colhidos no projeto Marcas da Memória.

Susan Okin (1991) apontou para o caráter ideológico dessa dicotomia, pensada por ela enquanto público/doméstico, pois esta apresentaria a sociedade sob uma perspectiva masculina e tradicional, a partir da qual a cidadania feminina tornaria-se diferente da masculina. Sendo assim, de que forma as mulheres agiram no campo político para combater a ditadura? Colocando em pauta a categoria de análise gênero, Okin apontou relevantes questões como por exemplo: é possível pensar essas duas dimensões de maneira separada? Até que ponto é possível separar o pessoal do político?

Margarita Iglesias Saldaña (2010) escreveu um artigo que relaciona os espaços público e privado da vida social com as questões de igualdade entre homens e mulheres, explanando desde o surgimento dessa relação até sua incorporação nos países da América Latina. A autora discorre sobre como, a partir da Revolução Francesa e do surgimento do capitalismo, se construiu o conceito de cidadania a partir do qual, em sua visão, a mulher recebeu o status de cidadã por ser mãe, por atuar no espaço privado.

A partir dessas considerações, selecionei seis entrevistas do Projeto Marcas da Memória para investigar como as vivências dessas pessoas – diretamente afetadas pela ditadura civil-militar – podem ser interpretadas do ponto de vista das relações de gênero. Para tanto, procurei analisar possíveis particularidades nessas vivências, bem como na forma de rememoração e narrativa do passado. Sob esse olhar, busquei também perceber especificamente a maneira como os espaços público e privado estavam organizados na

² Vou me referir ao público/privado de maneira equivalente a político/pessoal ou a público/doméstico. Essa dicotomia será melhor explicada ao longo deste trabalho.

sociedade brasileira, e como foram ocupados pelas pessoas que lutaram contra a ditadura.

Este trabalho se insere no campo dos estudos sobre a ditadura brasileira, que abrange também o debate das relações de gênero. Tal debate quer ressaltar que, na militância, nas organizações clandestinas, no cárcere, e mesmo nos julgamentos dos processos, havia relações de poder e representações de gênero que afetavam todos os indivíduos, atribuindo normas e espaços de atuação social às pessoas.

No início dos anos noventa, Ana Maria Colling concluiu uma dissertação sobre a construção do sujeito político mulher "subversiva" durante o regime militar brasileiro. Este trabalho demonstra uma preocupação com a história da repressão nos tempos da ditadura, que incluía as mulheres, já que, para a autora, até então, essa história era masculina, uma vez que o feminino fora colocado historicamente junto aos subalternos, pensado fora da história, e se perdeu na história dos homens.³ A dissertação utiliza a história oral, junto com análise de documentos da justiça militar. Dialogando com Michel Foucault e Michelle Perrot, entre outros(as) autores(as), relaciona as condições de cidadania feminina com o lugar ocupado pelas mulheres na história. (COLLING, 1994)

Para responder ao problema de pesquisa, este trabalho também levará em conta os espaços sociais ocupados pelas mulheres durante a ditadura, já que, como veremos adiante, a posição social que o indivíduo ocupa deve ser apreciada para entender suas possibilidades de ação e as consequências às quais podem remeter.

Em um artigo publicado na mesma época, Colling explicou as conclusões dessa pesquisa. Seu argumento propõe que a separação entre o público e o privado estabelece a diferenciação do poder. Sendo assim, “o silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena política, pública e masculina, local exclusivo do poder. O mundo político é público, espaço que marca a diferença e a exclusão” (COLLING, 1994, p.17). Uma de suas conclusões foi que, durante a ditadura, as mulheres militantes redimensionaram as atuações nos espaços público e privado. Se até então o público era um espaço somente masculino e em oposição, o privado, feminino, uma das conquistas dessas mulheres foi aquele espaço, de liberdade e de cidadania. Em função disso, para a repressão, a militante não se opunha somente ao regime, mas também subvertia os valores constituídos, a partir dos quais a participação política era tarefa masculina. (COLLING, 1994)

Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira também utilizou a história oral para pensar a ditadura a partir de experiências femininas, já que para ela, as mulheres eram, naquele

³ Posteriormente a autora transformou essa dissertação em um livro intitulado *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, publicado em 1997.

momento, protagonistas fora da história, em função do jogo de poder envolvido na produção da memória e na construção da história. Publicado em 1996, o livro *Mulheres Militância e Memória* apresentou experiências de vida de treze mulheres (de classe média de diferentes cidades brasileiras) desde a entrada na militância, passando pela atuação na luta armada, até o momento das entrevistas, e abordou temas como prisão, tortura e vida carcerária. O objetivo de seu trabalho foi problematizar a construção da identidade social, especialmente a de gênero, principalmente sob a perspectiva do papel das mulheres na sociedade brasileira, partindo do confronto com o poder instituído.

Atualmente no Brasil, há importantes investigações sobre ditadura, a partir da ótica das relações de gênero, como aquelas realizadas pelas pesquisadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2010), organizadoras do Livro *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. A obra reúne artigos e ensaios resultantes de mesas redondas apresentadas no evento homônimo, que aconteceu em 2009, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Estas historiadoras afirmam que o entendimento das ditaduras argentina, boliviana, brasileira, chilena, paraguaia e uruguaia ajuda a explicar o surgimento ou não dos movimentos feministas nesses países, bem como a influência dessas ditaduras em diferentes movimentos de mulheres. O livro mostra, além disso, como esses regimes influenciaram nas rupturas e/ou continuidades nas relações de gênero e de que maneira os movimentos sociais e os Estados utilizaram o gênero em seus discursos e práticas de luta ou de repressão. Aborda, também, experiências de luta e de exílio sob a referida perspectiva.

O presente trabalho leva em conta essa produção e procurará contribuir com os estudos que analisam o gênero na construção da memória, enunciados por Graciela Sapriza no livro acima mencionado. A autora utiliza relatos femininos na tentativa de revelar novas perspectivas da ditadura uruguaia - do cotidiano, dos afetos - assim como de detectar a ausência de referências comuns aos discursos masculinos, mais impessoais. Sapriza se esforça para não cair no essencialismo, segundo o qual as mulheres têm “naturalmente” uma memória mais subjetiva e afetiva que os homens. Sua análise pressupõe um estudo mais aprofundado sobre a socialização das mulheres, as práticas culturais, para entender como se dá esse processo de rememoração. Essa autora ajuda a perceber que a diferenciação das memórias entre masculina e feminina deve ser explicada por meio de diversos fatores, não somente por tratar-se de pessoas de sexo diferentes. (SAPRIZA, 2010)

Além disso, seu estudo mostra que as construções de memórias sobre a participação feminina na ditadura podem reproduzir as relações de gênero sobre as quais nossa sociedade se organiza. Por exemplo: muitas vezes, a participação política das mulheres no combate ao

regime foi relacionada à luta em prol dos familiares presos ou desaparecidos. Assim, as mulheres foram associadas a movimentos de direitos humanos, de denúncia contra aqueles que fizeram mal a suas famílias. Ela comenta que esse tipo de análise reifica o cuidado e a manutenção do bem-estar das famílias, tomados como tarefas estritamente femininas. Ressalta que, durante a ditadura, as mulheres não só choraram a perda de entes queridos, mas também fizeram parte de organizações de combate à repressão, de luta pela democracia, de combate à ordem estabelecida.

Sob esse mesmo ponto de vista, Mariana Joffily (2010) analisa os informes de violações aos direitos humanos, conhecidos como *Nunca más*. Elaborados durante a transição da ditadura para a democracia na Argentina, Brasil, Uruguai e Chile, esses pareceres são considerados, pela historiadora, marcos interpretativos dessas ditaduras e representam uma memória emblemática, registrada com o intuito de legitimar a história de pessoas atingidas pela repressão de maneira desumana. Para isso, ela examina como, em que condições, esse material foi elaborado.

Comparando esses relatórios, ela conclui que, na estruturação dessa memória da repressão, as mulheres tiveram um espaço pequeno, o que se deve ao fato de não ter sido dada uma atenção para as questões de gênero naqueles trabalhos. Mesmo assim, Joffily percebe e elenca particularidades na violência política remetida às mulheres. Para explicar o menor número delas nos relatórios sobre os(as) atingidos(as) pela polícia política, a autora cita Elizabeth Jelin para dizer que a divisão sexual do trabalho nos anos sessenta resulta no maior número de homens exercendo funções públicas, como a militância, e para dizer também que é possível verificar uma maior atuação feminina em países onde a repressão se concentrou mais no movimento estudantil e na luta armada. (JELIN apud JOFFILY, 2010)

Todas essas considerações servirão de ferramentas para relacionar o gênero com as memórias da ditadura no Rio Grande do Sul, a partir de relatos orais e para investigar a relação entre a organização social atribuída aos sexos e como as pessoas revelam essa normatização em suas práticas.

As questões da memória e da dicotomia público/privado são recorrentes nos textos que tratam da história das mulheres que lutaram contra a ditadura no Brasil. No entanto, essas duas categorias podem ser pensadas e explicadas uma em relação à outra, como demonstram algumas autoras acima. Ao que parece, a atribuição histórica das mulheres aos espaços da vida privada, da vida doméstica, está pressuposta nas explicações sobre as relações de gênero durante a ditadura brasileira. No entanto, essa pesquisa busca esclarecer como em nossa sociedade nos anos sessenta e setenta os espaços de atuação dos indivíduos eram demarcados

e como essas normatizações são reveladas nas entrevistas.

Assim sendo, o uso das entrevistas produzidas pelo projeto Marcas da Memória legitima a importância da busca por esses testemunhos, que ajudam a construir uma história da luta contra a ditadura no Rio Grande do Sul, contada por protagonistas, cujos relatos não haviam sido utilizados para os fins propostos pela presente pesquisa. Estas são memórias de pessoas problematizadas na intenção de expor as relações de gênero que permearam diferentes dimensões daquele momento histórico, como a repressão e a resistência. E essa análise torna-se possível na medida em que os protagonistas revelam diferentes experiências de vida e formas de inserção social, o que permite um amplo campo de interpretação sobre como suas histórias de vida relacionaram-se com o regime e em diferentes aspectos se entrelaçaram.

Neste trabalho, vou utilizar os conceitos e as noções de relações de gênero, memória, memória e gênero, espaço público e privado de sociabilidade, para poder interpretar as entrevistas. Nos parágrafos que seguem vou apresentar esses conceitos, e a forma como são desenvolvidos pelos(as) autore(as) que selecionei de acordo com o problema de pesquisa proposto.

Joan Scott (1995) chamou a atenção para a necessidade de utilizarmos o gênero como uma ferramenta teórica, como uma categoria de análise – tarefa que vem propondo, desde os primeiros trabalhos feministas, uma transformação nos paradigmas disciplinares, uma vez que o estudo sobre as mulheres não implica apenas em novos temas, mas também no reexame de diferentes fundamentos científicos. De acordo com Scott, utilizar esse termo como uma categoria analítica permite entender como o gênero funciona nas relações sociais, e ainda, como ele dá sentido à produção e ao entendimento do conhecimento histórico.

De acordo com a autora, falar de gênero requer o entendimento de que mulheres e homens vivem em um mesmo mundo, de modo que não é possível pensar em esferas separadas, e que estudar mulheres isoladamente conserva a crença de que a experiência de um sexo não tem relação com a do outro. Por esse motivo, utiliza-se o termo para sinalizar as relações sociais entre os sexos. As explicações biológicas devem ser, portanto, substituídas por “construções culturais” acerca das posições ocupadas por homens e mulheres em uma sociedade.

A autora demonstra, no entanto, a importância de verificar a distinção entre práticas sexuais e papéis sexuais atribuídos às pessoas, porque essa categoria social pressupõe uma gama de relações, dentro da qual podemos incluir o sexo, mas que não é necessariamente pré-

determinada por ele, e que tampouco determina a sexualidade. Em outras palavras, não podemos pensar em explicações biológicas para diferenciar homens e mulheres, mas sim na perspectiva de construção cultural da diferença. Se o gênero prevê uma relação social, é necessário relacionar testemunhos masculinos e femininos, suas vivências, narrativas, campos de atuação.

Ainda sobre o conceito de gênero, Linda Nicholson (1999) empregou a mesma visão ao definir essa categoria como uma "referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos "femininos" e corpos "masculinos" (NICHOLSON, 1999, p. 9), e atribuiu posições sociais a serem ocupadas pelas pessoas em função de seu sexo, visto que "quase todas as sociedades conhecidas na academia ocidental, de fato, parecem ter algum tipo de distinção masculino/feminino. Mais do que isso, a maioria parece relacionar essa distinção a algum tipo de distinção corporal entre mulheres e homens" (NICHOLSON, 1999, p. 31).

Para a autora, porém, essa explicação pode se modificar através do tempo e do espaço, de maneira que esse conceito pode assumir diferentes definições, de acordo com a sociedade e com a época em questão. Tendo em vista a historicidade do termo, a autora pondera que a forma como o corpo é entendido, bem como a influência atribuída a ele sobre os comportamentos humanos, torna-o uma variável e não uma constante para distinguir-se o masculino do feminino. Este argumento vai de encontro ao pensamento essencialista, o qual remete à natureza para diferenciar as identidades sexuais.

Outra noção importante para essa pesquisa é a da "dicotomia" público/privado. Para introduzir essa discussão é relevante o pensamento de Okin (1991) que empregou o gênero como ferramenta de análise social e política. Ela escreveu um capítulo para um livro sobre teoria política, no qual propôs uma revisão nos fundamentos desse pensamento, pois, para ela, os espaços de atuação da vida doméstica (pessoal) e da vida não doméstica (pública) não poderiam ser explicados separadamente. Para fazer esse debate, a autora começou apontando fissuras e contradições nessa separação da vida social entre o que ela entendeu por dentro da família e fora dela, bem como os modos como essa separação continuava a ser usada nas correntes hegemônicas da teoria política liberal através do tempo.

De acordo com tal pensamento, a conservação dessa dicotomia permite que os teóricos ignorem o caráter político da família, o valor da integridade na vida pessoal e, portanto, uma parte essencial da disparidade entre os gêneros. A divisão sexual do trabalho, acrescenta a autora, ajudou a constituir essa atribuição de funções sociais desde seus princípios teóricos, a

partir dos quais aos homens foi relegado o emprego da vida econômica e política, enquanto que às mulheres, as ocupações de caráter privado, da domesticidade e da reprodução. Isso veio a naturalizar a incapacidade feminina para a vida pública, sua dependência do homem e sua subordinação à família. Tais premissas têm grandes implicações na estruturação dessas duas esferas sociais e de cada uma das partes que a constitui. (Okin, 1991)

Ainda sobre essas noções, a autora remete-se aos primórdios do liberalismo, no século XVII, quando os direitos políticos - bem como os direitos da percepção moderna liberal de privacidade, ou seja, do âmbito privado - foram defendidos como direitos individuais. Naquele momento, os indivíduos eram os cidadãos a quem aquela teoria política contemplava: adultos, chefes de família, homens. Porque, sem igualdade de gênero no âmbito doméstico, este jamais poderia ser pensado como um espaço efetivamente privado, garantidor da privacidade e da estabilidade socioeconômica de todos os membros da família, incluindo mulheres e crianças. Por esse motivo, a separação liberal entre público e doméstico mostra-se ideológica, porque representa a sociedade sob uma ótica masculina, tradicional, ancorada em premissas que diferenciam naturezas e funções naturais femininas e masculinas. Sendo assim, essa dicotomia não pode servir como um conceito central de uma teoria política que inclua todos e todas:

“As políticas e seus resultados seriam os mesmos se aqueles que nelas estão engajados fossem pessoas que também tivessem responsabilidades cotidianas significativas voltadas para os cuidados dos outros, ao invés de serem aqueles que menos probabilidade têm, em toda a sociedade, de ter essa experiência?” (Okin, 1991. p 320)

A autora cita Rosaldo, Nicholson e Scott como importantes referências para discutir a historicização da oposição público/doméstico, e para alertar para o perigo da atemporalidade e da rigidez que essa noção pode assumir. Para concluir, Okin infere que o estabelecimento de uma distinção clara e simples entre o político e o pessoal, o público e o doméstico foi básica para a teoria liberal desde Locke, conservando-se como alicerce de grande parte da teoria política no século XX. No entanto, essa divisão foi fundamentada em práticas sócio-culturais excludentes e autoritárias, e não pode permanecer caso se vislumbre o fim dos valores patriarcais.

A partir dessa dicotomia, Leila Machado Coelho e Marisa Baptista (2009) traçam um panorama sobre a construção do papel feminino na sociedade brasileira. Nesse estudo, revelam que, historicamente, nossa sociedade atribuiu às mulheres uma atuação preponderante no âmbito privado, o que elas consideram uma forma de explicar a pouca presença feminina em ofícios políticos nos dias de hoje. A partir do histórico de participação

política feminina, notamos que é muito difícil para uma mulher desempenhar cargos políticos eletivos ou por nomeação, isso porque, como bem ilustram as autoras, esta ainda é uma atividade considerada de caráter predominantemente masculino.

As mulheres passaram a ocupar novos espaços desde o início do século XX até hoje, o que se reflete em uma significativa modificação em nossa estrutura social. No entanto, argumentam as autoras, isso não resulta em uma aceitação efetiva da opção, por cada vez mais mulheres, por atuar no espaço público. Enquanto permanecer uma política de identidade que coloca a mulher a cumprir funções sociais de gênero direcionadas à casa, à família, mesmo havendo a possibilidade de entrar no mercado de trabalho, o cenário político continuará sendo um espaço de difícil acesso por parte das brasileiras.

Outro aspecto relevante para este estudo é esboçado por Elizabeth Jelin, autora argentina que estuda a memória das ditaduras recentes no Cone Sul. A autora apresenta esse termo como um processo subjetivo fundado em vivências e marcas simbólicas e materiais, como um campo de conflitos, diretamente relacionado ao rol produtor de sentido dos protagonistas dessas lutas, organizados em relações de poder.

Jelin demonstra a historicidade desse conceito, ao apontar que há mudanças no sentido que se dá ao passado, bem como, ao lugar atribuído à memória, em diferentes sociedades; coloca ainda o passado ditatorial recente do Cone Sul como parte do presente, afinal há lutas e disputas pela memória desse passado ligadas a cenários políticos atuais. Por esse motivo, não há uma memória, uma interpretação única, um consenso social, na medida em que a construção e consolidação das memórias são pautadas por disputas políticas. (JELIN, 2001)

A autora problematiza a noção de memória partindo da premissa de que sua elaboração prevê recordações e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos, sendo esta uma categoria complexa, permeada por tensões e conflitos. Ela enfatiza também a importância de pensar como e quando se recorda e se esquece, já que “el pasado que se rememora y se olvida es activado en un presente y en función de expectativas futuras. Tanto em términos de la propia dinámica individual como de la interacción social más cercana y de los procesos más generales e macrosociales”(JELIN, 2001. p. 18)

Jelin relaciona a memória individual com a definição de identidade, na medida em que cada pessoa tem “suas recordações” individuais, e essa singularidade, as recordações e a possibilidade de ativar o passado no presente, é o que define a identidade particular e a continuidade do eu através do tempo. Por outro lado, a autora demonstra que o processo de rememoração não acontece em indivíduos ilhados, mas imersos em contextos sociais, o que torna impossível re-significar o passado fora desses contextos.

Já sobre a construção da memória coletiva, a autora menciona as lutas por representações do passado, ancoradas na luta por poder, legitimidade e reconhecimento. Essas disputas pressupõem mecanismos para “oficializar” uma (a própria) narrativa do passado. Assim sendo, obter posições de autoridade, ou conseguir que quem as detenha aceite ou incorpore a narrativa que se tenta difundir, faz parte dessas querelas, também implica uma estratégia para difundir “sua versão”, ampliar o círculo que acolha e corrobore com uma narrativa e identifique-se com ela.

Elizabeth Jelin dedica um capítulo desse mesmo livro para discutir gênero e memória. Nessa parte, ela explica que mulheres e homens têm habilidades diferentes no processo de rememoração, porque a socialização do gênero resulta da atenção dada a determinados campos socioculturais e esquece de outros, levando à definição das identidades vinculadas a determinadas atividades em detrimento de outras (trabalho ou família, por exemplo). Existiria, assim, uma relação entre as práticas da recordação e a memória narrativa. Essas diferenças na recordação possibilitam uma pluralidade de pontos de vista, já que, através de testemunhos, e não de documentos “oficiais” (produzidos nos espaços de poder, espaços masculinos) encontramos mais histórias de mulheres, revelando outros olhares, além de narrativas centradas na militância, na repressão, as que presam mais pelas subjetividades.

Verena Alberti (2005) afirma que a história oral é uma metodologia que possibilita o registro de testemunhos da nossa história recente, ampliando as perspectivas de olharmos para trás. É uma maneira de dar voz àqueles que possivelmente não seriam protagonistas em uma história mais globalizante, menos especificadora de seus agentes. É uma forma de revelar diferentes histórias, identidades e memórias de uma sociedade, de uma época histórica.

Como qualquer metodologia que se use para realizar uma pesquisa, a história oral requer alguns cuidados. Devemos estar atentos ao fato de que o testemunho não é um caminho direto para chegar aos fatos históricos, por isso, como qualquer outro tipo de fonte, deve ser interpretado e analisado, para assim podermos fazer nossas análises. As entrevistas, no caso dessa pesquisa, servirão como ferramentas para elaborar possíveis explicações para o problema de pesquisa, porém não como as respostas em si.

Quanto ao uso metodológico da história oral, um dos primeiros passos desse trabalho foi ler a transcrição dos testemunhos já colhidos pelo Projeto Marcas da Memória, para selecionar as que serviriam como fonte. É importante ressaltar que os roteiros das entrevistas não foram direcionados para esta pesquisa especificamente, o que não compromete a utilização das mesmas. Como já mencionado, os relatos escolhidos foram seis, sendo três de mulheres e três de homens, nos quais houvesse informações que permitissem traçar um

panorama heterogêneo de atuações e vivências no período da ditadura - que será apresentado ao longo deste trabalho, para, a partir daí, abordar alguns aspectos das relações de gênero daquele período histórico, revelados na história de vida daqueles militantes.

Essa diversidade permitiu conhecer uma realidade multifacetada da ditadura no Brasil, dentro da qual, há interseções. Assim sendo, não foi feito um quadro comparativo entre as seis histórias de vida, mas sim, a utilização de alguns pontos em comum para fins de análise. Para reconstruir alguns aspectos do regime autoritário, esses agentes históricos foram separados em duas gerações, para serem apresentados de forma cronológica, dialogando com acontecimentos como o AII e o AI5, por exemplo.

Ainda sobre a metodologia, é necessário ter clareza de que a fonte histórica é um produto social, é o arranjo que uma sociedade fez do que foi capaz de produzir materialmente sobre sua organização, ou desorganização. É o que foi eleito, selecionado para ser mostrado à posteridade. Se entendemos que assim ocorreu com a documentação escrita, com as chamadas "fontes primárias", é possível fazer o mesmo com a ajuda da oralidade, sem a pretensão de se eximir de subjetividade, e ainda, sem temer a falta de legitimidade dessa fonte. Para concluir, "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto que a sociedade fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder." (LE GOFF 1996, p. 545)

Assim, ao trabalhar com memória, podemos intervir na história, colocando na ordem do dia (ou apenas em nossos trabalhos) experiências, histórias pessoais ou de grupos nem sempre contemplados, posicionamentos teóricos e políticos que acreditamos ser importantes na construção do conhecimento histórico. É o que pretendemos deixar para o futuro.

Para dar conta do problema de pesquisa vou dividir esse estudo em dois capítulos de acordo com a temática que pretendo analisar. Esta divisão vai no sentido de ter primeiramente um conhecimento maior das fontes, para buscar descrever a trajetórias dos entrevistados, no contexto da ditadura, passando para um entrelaçamento das suas declarações com os conceitos e problemáticas apropriados da bibliografia, até chegar na discussão e análise mais geral das entrevistas.

O primeiro capítulo apresenta as personagens, cuja história é o objeto dessa pesquisa. Por meio de suas atuações e vivências, é possível contextualizar algumas importantes facetas da história recente brasileira, seus diferentes atores e organizações, posicionamentos políticos e formas de ação. A organização desses relatos considera relevante fatores como geração, organizações e/ou partidos políticos, prisão, exílio e justiça militar.

O segundo capítulo analisa aspectos das trajetórias políticas dos entrevistados sob a

perspectiva das relações de gênero, para identificar, a partir dos relatos, as posições ocupadas por homens e mulheres nas dimensões pública e privada da sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970, e verificar como se davam as relações de poder que permearam o contexto da ditadura. O capítulo será dividido em três tópicos: o primeiro tópico abordará a questão da memória da ditadura em relação aos agentes sociais nela representados, o segundo buscará verificar as relações de gênero na repressão e na militância, e o terceiro tratará da resistência e das narrativas dos entrevistados, ainda sob o mesmo ponto de vista. Ou seja, buscar-se-á verificar se a repressão considerava o que eram comportamentos femininos e masculinos, e, também, como as entrevistas revelam estratégias de resistência, como especificamente nas entrevistas de pessoas que foram presas, formas de combate à despersonalização do cárcere como tentativa de manter a dignidade.

CAPÍTULO 1

Este capítulo tem por objetivo principal relacionar as trajetórias de vida de seis pessoas que viveram no contexto da ditadura e cujas entrevistas foram selecionadas como fontes para nosso trabalho, visando traçar um painel daquele momento histórico. A partir desses perfis, foi possível identificar importantes facetas da interação entre o Estado e a sociedade civil, como a forma que alguns grupos se organizaram para contestar o regime, ou ainda, de que maneira o aparelho repressivo operou para manter a ordem, e legitimar-se. Algumas dessas situações a serem abordadas são: expurgo, tortura, clandestinidade, prisão, exílio, relação com a Justiça Militar.

Estes testemunhos foram filmados entre quatro de maio e dezoito de julho de 2011, data da primeira e da última entrevista. Com exceção do encontro com Flávia Schilling, que ocorreu na cidade de São Paulo, todas as entrevistas do projeto aconteceram em Porto Alegre. Os relatos selecionados para este trabalho foram os de Flávia Schilling, Marta Sicca da Rocha, Nilce Azevedo Cardoso, Honório Peres, Jair Krischke e Raul Ellwanger. Participei da realização das entrevistas de Honório, Nilce e Jair. Ajudei a elaborar o roteiro da entrevista de Nilce e a transcrever as entrevistas de Flávia, Honório, Jair e Marta. Também revisei as entrevistas de Flávia, Jair e Nilce.

Para organizar a apresentação da trajetória dessas pessoas, elas foram separadas em duas gerações, definidas por Denise Rollemberg ao analisar a influência do exílio na transformação das esquerdas brasileiras e sua atuação no processo de redemocratização. A historiadora distinguiu o exílio nos anos 1960 e 1970 em geração de 1964 e geração de 1968, da seguinte forma:

“Os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, encerrando-se com o Ato Institucional nº 5.” (ROLLEMBERG, 2004, p. 282-283)

De acordo com essa aceção, faziam parte da primeira geração lideranças ativas pré-64 que passaram a ser perseguidas; eram políticos experientes, militantes jovens e intelectuais, que se identificavam com os projetos de reformas de base, estavam ligados a sindicatos e partidos como PTB e PCB e eram, predominantemente, homens, maduros e definidos profissionalmente. Já a segunda geração era composta, em geral, por militantes jovens, críticos às propostas do PCB e PTB, que tinham como referência de militância o

movimento estudantil, passeatas e greves, a luta armada, e sequestros de diplomatas. “Se a geração de 1968 desprezou a de 1964, vendo-se como um recomeço, a geração de 1964 considerava a de 1968 sem rumo e sem futuro” (ROLLENBERG, 2004. p. 284).

Aqueles militantes foram atingidos de maneiras diferentes pela repressão e representam dois momentos de organização e atuação das esquerdas brasileiras. O Ato Institucional nº 1 marcou o início das medidas tomadas para evitar oposição e para institucionalizar a nova ordem que estava sendo instaurada. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), ele deu início à primeira operação limpeza, que foi um conjunto de medidas para controlar áreas estratégicas como política, militar e psicossocial. Entre essas determinações estavam expurgos, aposentadorias, demissões e transferências de burocratas, civis ou militares ligados ao governo anterior.

1.1 Honório

Das pessoas cujas entrevistas escolhemos analisar, Honório Perez é um exemplo de militante da primeira geração. Exonerado e aposentado do cargo de advogado, que exercia na Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, teve de redigir sua defesa para uma comissão analisar. Ele assim se referiu a esta situação: “Eu fui expurgado no Ato Institucional número um. Não foi no cinco, foi no um mesmo. Na relação comigo era só personalidades, eram cinco”. Sua esposa Delly, que participou da entrevista, lembrou: “Tu fez a tua defesa”. Honório confirmou: “É, eu fiz uma defesa formal, porque não adiantava coisa nenhuma”. Ainda segundo o advogado, “isso era aquela comissão que eles juntaram. Era uma comissão mentirosa, farsante. Era só pra dizer que tinha uma... Que quem estava sendo preso, demitido, ou coisa que o valha, tinha direito à defesa. Não adiantou nada aquela minha defesa (risadas)”.⁴

Considerado um dos últimos militantes do “partidão” vivos em Porto Alegre, aos oitenta e sete anos, Honório foi entrevistado pela equipe do projeto Marcas da Memória no dia quatro de maio de 2011 por Dante Guimaraes Guazzelli e Rosemary Brum. Nascido em Rosário do Sul, Honório deu início à sua militância por volta dos quinze anos, na Swift, uma fábrica de conservas onde trabalhava, nessa mesma cidade. Cursou o ensino médio no Colégio

⁴ Entrevista concedida por Honório Perez ao projeto Marcas da Memória, em quatro de maio de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação de Dante Guimaraes Guazzelli e com a participação de Isabela Berté, Milene Bobsin e Rosemary Brum. p. 8

Júlio de Castilhos, onde por volta de 1943 entrou para o PCB. Sobre essa escola porto-alegrense, ele reforça a ideia de que era um espaço de discussão e mobilização política, no qual vários militantes comunistas iniciaram suas militâncias: “E daí entrei no Julinho. O Julinho era, e é até hoje, eu não sei... Mas o Julinho revelou muitos comunistas. Felizardo, que foi do Grêmio; Carvalho Neves, toda essa turma e outros que estão por aí, o Pelegrini. Estão todos esparramados”.⁵

Honório estudou Direito em Passo Fundo e após formar-se atuou como advogado trabalhista, tendo sido secretário geral da OAB e também presidente da Caixa de Assistência dos Advogados. Participou do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), associação de trabalhadores rurais gaúchos, fundada em junho de 1960, junto com integrantes do PCB gaúcho de incentivar os trabalhos de mobilização e organização no campo, dentro de um projeto maior que era liderar um movimento pela reforma agrária. Conforme seu relato:

“O MASTER era uma organização do Partido, no meio da reforma dos trabalhadores rurais, a reforma agrária. Aí nós criamos o MASTER, e eu fui destacado pelo partido [comunista] para trabalhar no MASTER. Trabalhei um período, um período grande (...) até ele desaparecer (...). Era uma organização que atuava com essa população toda rural. E fazia viagens, levava alimentação para os camponeses, fazia muita coisa. (...) O Brizola, que estava no governo naquela época, ele fornecia, organizava lá um rancho e levava para o pessoal. Osório, Guaíba, todas as redondezas aqui”.⁶

Como veremos adiante, Paulo Schilling e Tapir Rocha, pais de duas das entrevistadas selecionadas para este trabalho, também tiveram relação com o MASTER. Tapir participou de uma ocupação de terras em Viamão, e Paulo ocupava o cargo de Superintendente da Fronteira do Sudoeste, no governo do estado. Essa organização teve um importante papel na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, conforme nos mostra Marluza Marques Harres ao falar sobre os movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul:

“A organização e a mobilização dos seguimentos sociais rurais e sua integração na dinâmica política do período não foi resultado de um movimento espontâneo. Um intenso trabalho político desenvolvido por militantes estava na base desse esforço de expressão e afirmação positiva dos agricultores pobres lutando por seus direitos.” (HARRES, 2007, p. 237)

Da mesma forma, a autora ressalta a autonomia do MASTER frente ao governo do Estado ao afirmar que:

“o Master e o governo trabalhista acabaram apoiando-se mutuamente na tentativa de instituir um programa de reforma agrária no RS. Do ponto de vista regional os trabalhistas

⁵ Entrevista concedida por Honório Perez, p. 3.

⁶ Entrevista concedida por Honório Perez, p. 3 – 5.

estavam procurando ampliar sua base de apoio e sustentação eleitoral, ao mesmo tempo em que firmavam sua posição como governo reformista.” (HARRES, 2007, p.247)

Harres explica também que havia disputa entre setores da Igreja, comunistas e trabalhistas para liderar esses grupos. E que, afora as desavenças, essa mobilização colocou em pauta as demandas dos agricultores pobres no espaço das decisões do governo gaúcho, e na elaboração de políticas específicas para os trabalhadores do campo.

Após o golpe de 64, a postura do PCB foi de cautela. Por não vislumbrar a possibilidade de empreender o conflito armado contra a ditadura, sem apoio popular, a atuação concentrou-se nos espaços permitidos de legalidade, como, a partir da reforma partidária, o MDB. O descontentamento de muitos militantes, que não acreditavam na opção considerada “colaboracionista” do partido, gerou dissidências, entre elas o PCBR. (GORENDER, 1987)

Honório, foi um desses desgostosos, recusou-se a atuar no MDB e se afastou do “partidão”. Sua militância concentrou-se em defender juridicamente membros do PCB, como ele mesmo relatou: “Depois de formado, eu advoguei toda vida pelo pessoal do partido, pelas ações trabalhistas contra as grandes empresas. Nisso aí eu era mestre”.⁷

Uma das particularidades do relato de Honório foi a participação de sua esposa, Delly. Ela chegou depois de a entrevista ter iniciado e sentou-se ao lado do esposo para ajudá-lo, lembrando de datas, nomes e relatando questões de suas vidas relacionadas à ditadura. Elisabeth Xavier Ferreira (1996) aponta para a potencialidade dos testemunhos em conjunto, nos quais os relatos se entrecruzam e se apoiam pela proximidade das experiências e pelo grau de envolvimento entre os entrevistados - especialmente entre casais, como é o caso aqui.⁸ Para essa autora, a presença de outra pessoa no relato é positiva, na medida em que complementa e amplia as zonas de significado, já que a posição diferenciada entre si e o papel que ocupam socialmente e seus aspectos subjetivos faz com que cada um deles tenha uma percepção particular sobre a realidade.

1.2 Flávia e Marta

⁷ Entrevista concedida por Honório Perez, p. 6.

⁸ Das treze entrevistas feitas para o já mencionado trabalho de Elisabeth Xavier Ferreira, duas irmãs optaram por registrar seus testemunhos juntas.

Flávia Schilling e Marta Sicca da Rocha são duas outras entrevistadas cujos relatos analisaremos. Elas são filhas de militantes da geração de 1964. Seus Pais, Paulo Schilling e Tapir Rocha, respectivamente, também pertenceram ao Partido Comunista e trabalhavam junto a Leonel Brizola. A vida dessas duas mulheres, meninas na época do golpe, foi marcada pelos desdobramentos da militância de seus pais. Já em 1964, Paulo Schilling, pai de Flávia, partiu para o exílio no Uruguai. Por consequência, aos onze anos, Flávia iniciou sua vida no exílio:

“E o exílio durou quinze anos. Mas um pouco a ideia era que se voltaria rapidamente. (...) A gente chega a Montevideú extremamente revoltadas, porque a gente não queria ir para lá. (...) Imagina, em plena adolescência, então se tinha grupo, não é? Você já tinha um grupo de amigos. Então a questão da família, a família no exílio. Não é mentira que é uma brutalidade, que é uma coisa muito violenta, porque te arranca. Se é arrancado de uma maneira definitiva. Porque, também, as relações ficam muito partidas pelo medo. No Brasil há medo. A questão do medo. Então as pessoas te procuram menos. Não havia, obviamente, essas facilidades de comunicação que você tem agora. Agora você pega a Internet cria não sei quantas comunicações. Não havia nada disso. Então a gente sentiu de uma maneira muito forte (...) Mas era uma situação realmente de ter sido arrancado de uma determinada vida e ir para um desconhecido total, porque se até hoje ninguém sabe o que é o Uruguai, imagina naquela época. Ninguém nunca tinha ouvido falar, nem do futebol (risos).”⁹

Podemos perceber a violência que a exilada sofre ao ter de romper com suas relações sociais e afetivas para começar uma nova vida em outro lugar. Isso se deu no início dos anos sessenta, quando a comunicação entre as pessoas não contava com as facilidades e rapidez que possuímos hoje com a difusão da Internet. Sobre esse tema, Denise Rollemberg (2004) afirma que para os militantes da geração de 64, em geral, o golpe parecia apenas parte de um processo de rearranjo das elites, tornando o exílio um recurso passageiro para fugir da perseguição. Como podemos ver nesse trecho, Flávia, apesar de assustada com a nova forma de viver, que lhe fora imposta, percebia ao seu redor uma esperança de retorno breve.

Por outro lado, Tapir Rocha, pai de Marta, uma pessoa com pouco poder aquisitivo, segundo o relato da filha, permaneceu morando na cidade de Viamão, foi preso e torturado. Além disso, teve seu mandato de vereador pelo PTB cassado. Durante vários anos, sofreu discriminação, tendo que, sucessivas vezes, “dar explicações” para a polícia. É perceptível, no relato de Marta, que essa situação afetou toda sua família. Ela conta que eles foram bastante discriminados na época pelo fato de seu pai ser uma pessoa de esquerda. Por esse motivo, em 1972 sua família mudou-se para Porto Alegre:

⁹ Entrevista concedida por Flávia Schilling ao Projeto Marcas da Memória, em dezoito de julho de 2011, em São Paulo, sob a coordenação das Professoras Carla Simone Rodeghero e Maria Paula Araújo, com a participação de Ana Carolina, Fernanda Abreu e Glenda Gati. p. 8.

“e na cidade de Viamão as coisas nunca foram fáceis para nós. Nunca! (...) o pai ficou sem poder trabalhar, toda aquela situação que todo mundo [que] viveu isso, não. (...) era uma situação muito difícil porque as pessoas sequer passavam na calçada da nossa casa. (...) Então, nós éramos discriminados, eu me sentia discriminada pelos dois lados, por meu pai ser um subversivo, que essa era a palavra utilizada, comunista subversivo, e nós sermos além de tudo pobres. (...) Na sala de aula as crianças não falavam conosco, nós mudamos duas vezes de escola. O único acolhimento que eu sentia na minha infância era da Igreja Católica, da esquerda da Igreja Católica.”¹⁰

A partir desses fragmentos da entrevista de Marta, é possível verificar, naquela localidade, certo consenso social de que as pessoas de esquerda eram perigosas, que seria arriscado relacionar-se com elas, por isso, a discriminação a que Marta se refere. Em um momento de tensão social, a omissão e o distanciamento de temas polêmicos, como ter um vizinho comunista, era uma questão de segurança para muitas pessoas.

Podemos perceber aí duas situações que resultam da militância em um mesmo projeto político, os encaminhamentos dados após o golpe por esses dois militantes foram distintos, gerando diferentes consequências na vida dessas duas mulheres. O encontro com Flávia Schilling aconteceu no dia dezoito de julho na Faculdade de Educação da USP, e as entrevistadoras foram as professoras Maria Paula Araújo e Carla Rodeghero.

Flávia nasceu no ano de 1953, em Santa Cruz do Sul, sua família foi morar em Porto Alegre para acompanhar o pai que trabalhava como assessor de Brizola, e em 1963, quando este foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, mudaram-se novamente. Após o golpe, Flávia descobriu que seu pai havia sido exilado quando agentes do DOPS revistaram sua casa à procura de informações. Naquele momento, ela, a mãe e as irmãs voltaram para Porto Alegre, para daqui partirem para Montevidéu, em agosto de 1964.

No Uruguai, Flávia iniciou sua militância durante o ensino médio na FER (Federação dos Estudantes Revolucionários) e a partir dessa organização ingressou no MLN (Movimento de Libertação Nacional) dos Tupamaros, grupo político de orientação socialista que pregava a guerrilha urbana, através de expropriações e sequestros de autoridades ligadas ao aparelho repressivo. Sendo assim, pode ser considerada uma militante da geração de 1968, sobre a qual falaremos adiante.

Em 1971, Flávia começou a cursar a faculdade de Medicina e depois de um ano, por causa de sua militância, abandonou os estudos e entrou para a clandestinidade. Em novembro de 1972 foi presa de maneira atrapalhada e violenta por parte do policial que acabou atirando nela no momento da abordagem. “Quando os militares viram que se tratava de uma estrangeira, brasileira, ordenaram que a salvassem de qualquer maneira. Depois de cinco

¹⁰ Entrevista concedida por Marta Sicca da Rocha ao Projeto Marcas da Memória, em vinte e um de maio de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Simone Rodeghero e com a participação de Gabriel Dienstmann, Isabela Berté, e Rosemary Brum. p. 3.

horas de uma operação delicadíssima, Flávia sobreviveu.” (RODEGHERO; DIENSTIMANN; TRINDADE, 2011, p. 163). Após se recuperar, Flávia foi levada para o quartel para ser submetida ao interrogatório, onde permaneceu por mais de um mês. Os autores evidenciam que seu caso foi julgado por um Tribunal Militar, que a condenou a seis anos de prisão

“por ‘pichações, distribuição de panfletos, discussões políticas e autoria de um manual de fabricação de armas, além de ter sido vista vigiando uma fábrica de sorvetes’, conforme informações de seu então advogado, Décio Freitas’. Posteriormente sua pena foi ampliada para dez anos, mais cinco de medida de segurança, o que acabava com esperança de liberdade condicional.” (RODEGHERO; DIENSTIMANN; TRINDADE, 2011, p. 163)

Durante a prisão, a militante permaneceu como refém do exército junto a outras oito mulheres uruguaias por mais de dois anos. Chegou a ficar presa em situação de isolamento ou em grupo, dependendo do quartel em que estava. Em 1978, aos 25 anos, Flávia fez uma cirurgia no útero para a retirada de um mioma, situação que repercutiu na imprensa e entre os militantes dos movimentos de anistia e direitos humanos no Brasil, devido a seu vulnerável estado de saúde, conforme demonstram os autores. A partir daí, esses movimentos, que já vinham organizando manifestações e campanhas pela libertação de Flávia, pressionaram a diplomacia brasileira e uruguaia para posicionarem-se frente ao caso. O resultado dessa mobilização foi o comprometimento do governo brasileiro em dialogar com o governo uruguaio para resolver o impasse. Conforme o relato da entrevistada, depois da cirurgia, que correu bem, as perspectivas de liberdade se ampliaram:

“Bom eu consigo fazer a cirurgia, eles retiraram o mioma, ficou ótima, perfeita. E eles me tiram desse lugar e me colocam em um lugar um pouco mais tranquilo, que eram os chamados barracões, em que estavam pessoas que eram um pouco mais próximas da saída. Então aí o que acontece? Eu já tenho o apoio que é o Cônsul, que me vê. Chegam algumas notícias sobre abertura aqui. O tratamento começa a ser um pouco mais suave”.¹¹

É importante frisar que essa militante foi um símbolo da luta pela anistia no Brasil, conforme apontam Rodeghero, Dienstmann e Trindade no livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*, publicado esse ano. Ao tratar da campanha pela anistia no Rio Grande do Sul, esse livro mostra como o esforço pela libertação de Flávia Schilling e de Flávio Koutzii (preso na Argentina), a “Campanha dos Flávios”, por meio de passeatas, publicações em jornais, entre outras ações, representou entre 1978 e 1979 a consolidação da luta pela anistia no estado do Rio Grande do Sul.

Ainda de acordo com os autores, em abril de 1980, Flávia foi libertada, junto com 36 presos, que foram expulsos do Uruguai, através de uma lei promulgada pelo governo, que

¹¹ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 25.

cedera a pressões internas e externas, para solucionar o problema dos presos estrangeiros. Depois de quatorze anos de exílio, e oito de prisão, Flávia voltou ao Brasil. Hoje ela é doutora em Sociologia e Professora da Faculdade de Educação da USP.

Marta Sicca Da Rocha foi entrevistada no dia vinte e um de maio de 2011, pela professora Carla Rodeghero e por Gabriel Dienstmann. Ela tinha quatro anos de idade em 1960 quando, por motivos políticos, seu pai se ausentou pela primeira vez de casa. Quatro anos depois, ele seria preso em decorrência do golpe:

“eu tinha sete anos de idade em 1964. Meu pai foi preso em casa, na frente dos próprios filhos, foi algemado. Me lembro que ele chegou e disse assim pra nós: ‘a única coisa que eu quero que vocês saibam, meus filhos, é que tudo que eu fiz, eu estou em paz com minha consciência’. Aí nós ficamos... nós fomos todos para a casa desse meu avô, viemos pra cá, pra Porto Alegre, e parece que uns dez dias a gente ficou sem notícia dele, sem saber onde ele estava.”¹²

Marta não teve uma militância política tão intensa quanto a do pai e a de uma irmã mais velha que atuou no Comitê Brasileiro pela Anistia. Marta participou do movimento sindical, tendo feito inclusive parte da direção do Sindicaixa por dezesseis anos. Acompanhou os debates para a fundação do PTB, e permaneceu filiada ao partido até 1984, quando filiou-se ao PT.

O relato de Marta revela como a coerção à militância do pai afetou sua infância e como ela entendia a situação de vê-lo perseguido constantemente pela polícia, as dificuldades de ter visto sua família em situação de marginalidade na cidade de Viamão, o apoio dos avós, que foram os familiares que estiveram com ela nos momentos mais difíceis. Essas, portanto, são memórias da filha de um militante da geração de 1964 sobre como sua família enfrentou a repressão, por anos.

Uma semelhança nos depoimentos de Flávia e Marta é a posição que elas assumiram na entrevista: se colocaram como porta-vozes de seus pais, tendo a preocupação em representá-los em suas histórias de vida, em contar a história deles também. Isto fica claro nos trechos abaixo reproduzidos, o primeiro de Marta e o segundo de Flávia:

“Meu pai era uma pessoa muito interessante porque ele era um líder popular e pensava com a cabeça própria. (...) quem conheceu meu pai, sabe quem é o Tapir Rocha. (...) O pai foi prefeito de Viamão, foi Deputado Estadual, realizou os sonhos da população de Viamão também. Hoje ele é o nome da autoestrada, ele tem busto na praça, ele é o nome no calçadão, ele é nome do plenário da Câmara. Então, houve um reconhecimento, inclusive de toda a esquerda, em relação ao pai, por ele ser assim, meu pai, um homem transparente, transparente. (...) Meu pai falava com o Brizola, poucas pessoas, e eu fui testemunha disso, poucas pessoas que conviveram com o Brizola falavam com o Brizola de igual para igual,

¹² Entrevista concedida por Marta Sicca da Rocha, p 2.

porque [havia] aquela questão do mito, não é? Do Brizola. Eu vi duas pessoas falarem de igual para igual com o Brizola: Darci Ribeiro e Tapir Rocha. Falavam assim: ‘Brizola, o que tu estás fazendo? Está errado.’ Tanto que o Brizola, diz que, diziam para os companheiros assim: ‘Quer saber o que o povo está pensando de nós? Pergunta para o Tapir, porque o Tapir sempre sabe que estão pensando de nós’. Porque o pai falava para ele.”¹³

Aqui é perceptível o apreço que Marta tem pela trajetória política do pai. Para ela, Tapir Rocha foi um homem que serviu ao povo de Viamão e foi reconhecido por isso. Portanto, teve sucesso em suas aspirações na vida pública, mesmo que tenha tido que pagar um preço alto por isso: o rechaço a suas ações, que foi de perseguição, perda de emprego, até prisão e tortura, além dos percalços que sua família, representada nesse trabalho por sua filha, teve de passar, em virtude de seu posicionamento político.

“E ainda bem que vocês me pediram pra começar falando da família. Porque ontem eu ainda perguntei pro meu pai se ele gostaria de fazer um depoimento. E meu pai já está muito acabado, bastante doente. Ele ao saber do teor do projeto, ele até comentou. Ah, ele não quis dizer não. Ele falou: ‘daqui a um tempo. Talvez daqui a algum tempo e tal.’ E eu fiquei olhando para ele e possivelmente ele não tenha mais esse tempo do depoimento. Eu ainda falei pra ele: ‘Então fica tranquilo que eu falo por ti.’ Então, eu acho que essa entrevista tem a ver com essa situação, por isso que eu também agradeço começarem por aí. De alguma maneira, recuperar essa história da família, em que obviamente meu pai é um dos protagonistas. Talvez o grande protagonista desta história, em que se encontra impossibilitado de participar. Já não consegue.”¹⁴

Nesse trecho da entrevista, Flávia atribui ao pai um papel de protagonismo na história de sua família, o que pode ser entendido como a percepção de que foi por influência de sua trajetória política que ela, sua mãe e suas irmãs desdobraram suas próprias trajetórias. Isso faz sentido se pensarmos também no fato de que elas mudaram mais de uma vez de cidade para acompanhá-lo no trabalho, e de depois terem saído do país com ele.

1.3 Nilce, Raul e Jair

As entrevistas de Nilce Azevedo Cardoso, Raul Ellwanger e Jair Krishcke oferecem fragmentos de vivências da geração de 1968. Aquele emblemático ano, que por diferentes

¹³ Entrevista concedida por Marta Sicca da Rocha, p 14.

¹⁴ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 3.

partes do mundo inspirou expectativas de mudanças e de contestação dos valores estabelecidos, pode ser entendido no Brasil por meio da luta contra a ditadura. Mario Maestri afirma que o ano de 68 no Brasil, como em diversas regiões do mundo, apresentaria expectativas e possibilidades de resistência. Dessa forma, o PCB, desestruturado pelo golpe de 64, transformou-se em uma gama de organizações com princípios radicais. Provenientes do PCB ou de outros grupos políticos, organizaram-se grupos revolucionários geralmente de alcance regional como ALN, PCBR, AP, POLOP, VAR-Palmares, POC, FBT, MRT, entre outros.

Faziam parte dessas organizações militantes entre 17 e 25 anos, a juventude universitária e secundarista, que se engajou na luta política, cultural e ideológica com fervor. Eram jovens que liam história, economia e sociologia na busca por embasamento teórico para a luta. Autores como Marx, Trotsky e Guevara eram debatidos em busca do entendimento das revoluções russa, chinesa e cubana. “Pelo país afora discutia-se e polemizava-se duramente. O futuro estava ao alcance da mão. Abraçavam-se as nuvens em um assalto aos céus” (MAESTRI, 2011, p. 61).

Mario Japa e Chizuo Osava, em um panorama histórico concedido ao livro de relatos sobre a geração de 1968, publicado pelo Ministério da Justiça este ano, descrevem o movimento estudantil como o maior disseminador das ideias e ações de contestação do *status quo*, no contexto de mudanças de paradigmas culturais através do mundo. No México, por exemplo, os estudantes foram duramente reprimidos no massacre de Tlatelolco, cujo número de mortes não se sabe ao certo, podendo ter sido dezenas ou centenas. No Brasil, pichações, confrontos diretos com a polícia, comícios relâmpagos, a passeata dos cem mil desafiavam a repressão. Em países ricos como a França, Estados Unidos e Japão, os estudantes também foram violentamente punidos pela ordem que pretendiam por em cheque. “Era um período de muitas utopias, esperanças e entregas generosas.” (JAPA; OSAVA, 2011, p. 56)

A maneira como Flávia, Nilce e Raul viveram o ano de 1968, como integrantes do movimento estudantil, foi lembrada em suas entrevistas. Flávia traz lembranças de como os jovens uruguaios e latino-americanos viveram aquele ano:

“um pouco era o clima. E em [19]68 eu sou muito jovem ainda, ainda estou no ginásio (...) E há obviamente uma agitação em Montevidéu, a coisa é, eu diria assim, é Europa, é México, é Argentina, é Uruguai, é Brasil. Hoje ficam falando do Orkut, das redes sociais e do Twitter, imagina, não tinha nada disso, e de alguma maneira [19]68 pega. (..) Se espalhou pelo mundo, não é? E a questão da juventude, um pouco, eu brinco, é emergência da juventude. Uma questão que eu sempre comento que é para mim o momento mais paradigmático disso foi uma vez. Bom, uma das questões que se vive nessa época é a primavera de Praga e a invasão soviética reprimindo a primavera de Praga. (...) Aí eu me

lembro de a gente ter uma enorme discussão no ginásio, se perguntando se iríamos ou não manifestar contra a invasão da União Soviética. Porque na época, se você se manifestava contra a União Soviética, você era a favor dos Estados Unidos, e portanto, capitalista. (...) E eu me lembro que foi uma discussão imensa, porque ao mesmo tempo a gente apoiava a luta, e era uma luta jovem, também por liberdade, etc. E se decidi ir manifestar. (...) é um pouco o momento em que talvez as grandes contradições, de socialismo/ comunismo X capitalismo, a coisa da Guerra Fria, começa de alguma maneira já a se transformar, por conta de outras lutas que emergem, no caso as lutas juvenis, as lutas por liberdade, enfim. (...) Mas eu me orgulho muito que nós fomos manifestar contra a invasão da União Soviética e a favor dos jovens tchecos.”¹⁵

Como podemos perceber, havia contradições com as quais movimento estudantil se deparava e necessitava posicionar-se, em um clima de defesa da autonomia e da liberdade. Até mesmo o socialismo, representado no trecho pela URSS, passou a ser questionado. Nilce fala dessas ideias de liberdade de pensamento ao lembrar de como confeccionavam os panfletos para distribuir na fábrica onde atuava junto aos trabalhadores. Aponta que, como política de ação da Ação Popular, grupo do qual fazia parte, deviam escrever sobre temas da realidade operária, na preocupação de não pregar de maneira autoritária as ideias que defendiam:

“Em primeiro lugar nós tivemos que aprender o que pensavam os operários, porque realmente a primeira coisa que a gente tinha que fazer, até pra fazer um panfleto, a gente tinha que saber o que eles pensam, quer dizer (...) o que eles estão pensando sobre a ditadura, como é que eles se posicionam, pra depois lançar um panfleto, como a gente veio a lançar, ‘abaixo à ditadura’, ‘pela democracia imediatamente’, ‘a favor dos direitos humanos’, ‘pela liberdade de expressão’, ‘pela liberdade’, que era uma, em 68 era o que mais se falava, quer dizer, restituição imediata da liberdade de ser, além da de pensar, de sentir, de agir”.¹⁶

Raul Ellwanger interpreta a época de sua entrada no movimento estudantil como um momento de unidade entre a juventude como um todo, que vinha propondo novos rumos para as sociedades das quais faziam parte, de maneira alegre e irreverente:

“então vai surgindo todo um estímulo musical, cultural. E ao mesmo tempo aquilo se juntava com o movimento estudantil, era uma espécie de uma grande, uma grande turma assim. E não era só no Brasil, aí de repente, bom, na Tchecoslováquia está acontecendo uma coisa, no México está acontecendo outra, na Argentina outra, nos Estados Unidos, na França. No mundo todo, aquela juventude, a época dos Beatles, de várias liberações de costumes, de drogas, parte sexual, parte afetiva das relações conjugais, então é, era tudo... No bom sentido, era, tipo assim, uma grande festa, uma grande, um grande turbilhão de emoções e coisas legais que acontecia com aquela geração do final dos anos 60 ali.”¹⁷

¹⁵ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 10 – 11.

¹⁶ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, ao Projeto Marcas da Memória, em 18 de maio de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Rodeghero e com a participação de Gabriel Dienstmann, Milene Bobsin e Ricardo Valentini. p. 4.

¹⁷ Entrevista concedida por Raul Ellwanger, ao Projeto Marcas da Memória, em sete de julho de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Simone Rodeghero e com a participação de Aryanne Torres Nunes e Ricardo Valentini .p. 3

Para entender melhor o tema da geração de 1968, Alzira Alves de Abreu, traz relevantes considerações. Aquele era um contexto de “radicalização ideológica e auge das ideologias revolucionárias, que tiveram na juventude, especialmente estudantil, sua protagonista fundamental” (ABREU, 1997, p. 181). Sua análise sobre jovens que entraram para a luta armada, pode ser utilizada para estes militantes, pois também esses compartilhavam vivências e uma certa visão de mundo, dentro da qual permeavam mudanças de costumes, de valores, nas relações sociais, afetivas e sexuais, que necessitavam ser menos desiguais, mais verdadeiras. Aqueles eram jovens de classe média, de zonas urbanas, com elevado grau de instrução. Partindo do pressuposto de que um grupo geracional não é somente definido pela idade, mas também por experiências comuns,

“cada geração se define por um acontecimento ou uma série de acontecimentos que tem um caráter único e fundador, acontecimentos que estruturam uma época, que dão aos que a viveram uma representação mental e determinam comportamentos específicos práticas políticas, sociais e culturais.” (AZÊMA, apud ABREU, 1997)

Neste caso, o acontecimento fundador dessa geração foi o golpe de 64, acompanhado de um movimento de renovação cultural que abarcou a música popular, o teatro a poesia, o “cinema novo” em um clima de engajamento político, de denúncia dos problemas sociais brasileiros, explica Abreu. Havia uma cena política e cultural, dentro da qual alguns grupos acreditavam falar em nome do povo, com a intenção de politiza-lo, educa-lo, para criar uma consciência política, que possibilitasse a revolução socialista, a justiça social, o fim das desigualdades. “Espelhando-se em heróis esses jovens da década de sessenta e setenta se pensavam como vanguarda do movimento revolucionário, a elite que iria conduzir o povo.” (ABREU, 1997, p. 196)

Maria Helena Moreira Alves (1984) analisa o Ato Institucional nº 5 como uma resposta ao crescente apoio das classes médias às manifestações do movimento estudantil e dos trabalhadores. Em dezembro de 1968, o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado e as garantias individuais e constitucionais foram suspensas. O Ato, promulgado sem prazo de vigência, vigorou até 1979.

Aquela medida marcou o encerramento do que a autora chamou de segundo ciclo de liberalização, no qual o presidente Costa e Silva propunha uma “política de alívio” na busca por relações corporativas de controle, que exigia um diálogo flexível para consentir a cooptação de lideranças de alguns setores da oposição e promover uma sólida base de estabilidade. Essa política entrou em contradição com grupos militares preocupados em garantir a Segurança Interna, a chamada linha dura. Para aqueles militares, a coerção tornou-

se imperativa, já que o descontentamento com as políticas social e econômica do governo gerava cada vez mais manifestações e, conseqüentemente, conflito com a polícia. (ALVES, 1984)

Nesse processo, a contradição entre o Estado de Segurança Nacional e a coalizão no poder se intensificou em 1967 e 1968, momento de significativas manifestações, que possibilitaram uma rápida reorganização de setores da oposição da sociedade civil, entre os quais se destacaram o movimento estudantil, o movimento operário e a Frente Ampla. “Juntos, exerceram considerável pressão sobre o Estado, provocando um conflito interno sobre duas políticas alternativas: maior liberalização das diretrizes políticas, sociais e econômicas ou uma terceira e ainda mais ampla investida repressiva.” (ALVES, 1984, p. 141). Esses focos de oposição foram se fortalecendo com a adesão de outros grupos e com a repercussão de suas lutas no Congresso Nacional.

Sobre a organização estudantil, a cientista política explicou que, em 1967 foram dados os primeiros passos, com pautas voltadas para as universidades, e em 1968 o movimento extrapolaria a esfera universitária e ganharia adesão de outras classes e correntes ideológicas. Na ocasião do assassinato de um estudante secundarista por agentes do Estado, na tentativa de abafar uma manifestação, o movimento ganhou o apoio das classes médias, dos trabalhadores, e envolveu inclusive a Igreja Católica. “A morte de Edson Luiz catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social” (ALVES, 1984, p. 143). Dessa forma, o governo perdia importantes bases de adesão, como a classe média carioca, que havia apoiado o golpe, em 1964.

A Frente Ampla, outra elementar parte da oposição, foi o espelho da efervescência civil dentro do Congresso Nacional, chegando a tomar proporções de um partido político. Os parlamentares eleitos em 1966 se viram impelidos a denunciar publicamente os excessos do aparato repressivo, e para barrar esse movimento, em abril de 1968, foi baixado um decreto proibindo a atuação da Frente Ampla. O conflito no Congresso culminou com o discurso do deputado Marcio Moreira Alves, do MDB, contra a Parada Militar do sete de setembro e denunciando a repressão e a violência praticada por militares. Esse foi o pretexto para uma grande crise política. (ALVES, 1984)

Mesmo que os oficiais da linha dura já estivessem planejando um segundo golpe de Estado, para promover livremente a defesa da Segurança Interna, conforme explica Alves, a convocação ao boicote da Parada foi um bom argumento a ser alarmado nos quartéis, na busca por apoio militar àquela decisão. O “golpe dentro do golpe” permitiu a utilização

ilimitada do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. As restrições impostas ao judiciário e abolição do *habeas corpus* para crimes políticos deixavam essa esfera do poder inoperante. Os poderes do executivo passaram de extraordinários a ordinários. A partir daquele momento, o conflito tomou proporções mais violentas, empurrando vários militantes para a clandestinidade e outros para luta armada. Nesse confronto, diferentes setores da esquerda, e demais pessoas envolvidas, direta ou indiretamente com a oposição, foram brutalmente atingidas pelas forças de segurança.

Nilce Azevedo Cardoso, que havia iniciado sua militância em 1964, ao ingressar no Instituto de Física da USP, concedeu a entrevista para a equipe do projeto Marcas da Memória no dia 18 de maio de 2011, para a professora Carla Rodeghero e Gabriel Dienstmann. Natural de Ribeirão Preto, durante a graduação, ela morava no CRUSP (Centro Residencial da USP), estudava, trabalhava e militava. De família religiosa, por parte de sua mãe, ela fez parte primeiramente da JUC (Juventude Universitária Católica) até vincular-se à AP (Ação Popular), uma organização política oriunda de associações católicas que tinha como princípio básico o “socialismo humanista”. Sobre essa organização, Nilce relata em sua entrevista que:

“Eu tinha entrado na Ação Popular, que era um partido político, que pretendia uma luta socialista através de uma conscientização das classes populares, dos operários, dos camponeses, e, [lutava] por um socialismo democrático, uma coisa um pouco diferente porque ainda nós não tínhamos a, uma opção via... Nós estudávamos muito: ou Cuba, ou China, ou Rússia. Então, estava aquele movimento para onde a gente ia, por onde a gente iria, no que a gente acreditaria.”¹⁸

Ao concluir a graduação, Nilce passou a dar aulas no Colégio de Aplicação da USP. No entanto, após o AI-5, por ser uma estudante "visada", ela foi, em suas palavras, "empurrada para a clandestinidade". O centro residencial havia sido invadido pela polícia e muitos estudantes haviam sido presos, deixando-a em uma situação limite. Por decisão sua e da AP ela casou-se com um companheiro de militância e foi morar na região do ABC paulista para atuar junto à classe operária. A chamada integração na produção foi uma ação estratégica da AP para tentar conscientizar as classes populares da necessidade de uma nova ordem social. Ainda segundo Nilce,

“recebemos a proposta de integração na produção, que foi um movimento (...), o que se propunha? Você largar toda a sua vida, qualquer que seja, quanto você ganha e etc., e vai viver como operário, numa vila operária, tendo vida e trabalho como operário. Ao lado disso, vai ter um trabalho revolucionário para poder, junto com eles, preparar uma

¹⁸ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 2-3.

revolução socialista. Então, era de uma ambição grande, mas de uma doação do militante muito grande também, para o qual nem todos estavam preparados. Hoje eu vejo.”¹⁹

Essa passagem explicita a entrega dessa militante ao projeto político ao qual se engajou e mostra como algumas organizações, como a AP, reuniram pessoas que se desprenderam de seus projetos de vida individuais para aderir a uma causa coletiva: Nilce mudou de cidade e de profissão, mudou sua vida para militar na Ação Popular.

Em 1970, a AP de Porto Alegre necessitava se rearticular, e a militante foi convocada a cumprir essa tarefa. Para tanto, mudou-se para o sul onde novamente trabalhou em uma fábrica e foi morar em um bairro operário. Em 11 de abril de 1972, Nilce foi presa. Naquele momento, ela havia voltado a trabalhar como professora mesmo atuando na AP. Ficou presa no DOPS e depois foi levada para a OBAN, em São Paulo. Não foi condenada por falta de provas e por isso não cumpriu pena, mas permaneceu presa durante o período do inquérito. Depois de sair da prisão, ela ainda devia comparecer periodicamente à Justiça Militar enquanto seu processo tramitava.

Após ser solta, com a ajuda da mãe, Nilce teve de fazer tratamentos médicos para se recuperar das sequelas deixadas pela tortura. Sua saúde ficou bastante comprometida, já que durante a prisão ela esteve em coma por nove dias. Um dos tratamentos que teve de fazer foi para amnesia, para isso, morou alguns anos em Buenos Aires. Depois de se recuperar, Nilce não deixou a militância, participou do movimento pela anistia e de movimentos de mulheres. Foi líder grevista e filiou-se ao PT. Casou-se novamente e teve seus dois filhos, trabalhou como professora de Física durante vinte e oito anos. Quando concedeu esta entrevista, estava com sessenta e seis anos, tinha dois netos e aguardava a chegada de mais uma neta. Atualmente, trabalha como psicopedagoga clínica.

O testemunho de Raul Ellwanger foi gravado no dia 7 de julho de 2011. Tendo ingressado no movimento estudantil universitário da PUC-RS em 1966, aos dezenove anos, Raul cursava Direito e prestava serviço militar no CPOR quando começou a questionar o que estava ocorrendo no Brasil.

No terceiro ano de faculdade, foi trabalhar em um escritório de advocacia especializado em direito trabalhista, onde conheceu o movimento operário. Como músico, participou de eventos e festivais de música popular em Porto Alegre, e utilizou a canção como instrumento de luta e organização política, conforme mostra o trecho:

“Nós formamos um grupo importante cultural e musical sediado no Clube de Cultura de Porto Alegre, chamava-se a ‘frente gaúcha da música popular’ (...) e a gente enchia, por

¹⁹ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 3.

exemplo, o ginásio do União, do Grêmio Náutico União, com cinco mil pessoas. Era uma coisa assim, que não dava nem pra entender. Mas por quê? Esse movimento musical ele estava totalmente baseado, integrado em um grande movimento social de juventude, de classe média, e não só de classe média, juventude também de trabalhadores, havia algumas greves. A gente, o nosso escritório, a gente estimulava muito essas greves. Todo o cordão da Assis Brasil, o cordão da BR116, sindicato dos alfaiates, sindicato dos garçons, sindicato dos metalúrgicos, dos mineiros de Criciúma. (...) movia-se com milhares de pessoas, dissídios coletivos, reivindicações, adicional de insalubridade, então essas fábricas tipo, Walig, Zivi-Hércules, Gerdau, Siderúrgica, Madenssa.”²⁰

Para Raul havia a intenção, por parte dos estudantes, em politizar as reivindicações trabalhistas, em conscientizar os trabalhadores, e, por conta dessa movimentação, várias organizações como a AP, o PC, PC do B, POC/POLOP, foram involuntariamente clandestinizadas pelo regime. Situação esta que pode ser apreendida no testemunho de Nilce. Com o tempo, as diferenças, no movimento em que Raul estava inserido começaram a emergir; em função da heterogeneidade do grupo, dentro do qual haviam vários saídos de diversas tendências, não havia um programa comum.

Mas, com o passar dos anos, foi adquirindo uma unidade de pensamento até chegar em 1969 à VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionário Palmares) de orientação leninista, maoísta e guevarista, cujo nome e o hino foram criados pelo músico. Essa reunião foi arranjada por lideranças daqui, em contato com pessoas de outros estados brasileiros, com dissidências do PC do Rio de Janeiro, militantes da Bahia, de Pernambuco, junto com o núcleo inicial da VPR paulista (sargentos e ex- sargentos brizolistas que queriam se unificar com algum grupo). No entanto, essa junção foi efêmera, porque as linhas políticas eram diferentes. Durou entre três e quatro meses, e logo os militantes de uma linha mais militarizada voltaram a formar a VPR.

Em pouco tempo, Raul foi enquadrado pela Lei de Segurança Nacional por "participar de organização proibida". Enquanto seu caso estava sendo julgado, ele partiu pra a clandestinidade para não ser preso. Foi para o Rio de Janeiro, para São Paulo e depois partiu para o Chile, onde ficou de 1970 até 1973. Sobre essa situação vivida por Raul e por tantos outros brasileiros, Denise Rollemberg ilustra que:

“O exílio dos 60 e 70 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura civil-militar. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como a tentativa de destruição de uma determinada experiência política.” (ROLLEMBERG, 2004, p. 281)

²⁰ Entrevista concedida por Raul Ellwanger, p. 3.

Para relacionar a experiência contida em duas entrevistas aqui utilizadas, saliento que Flávia Schilling partiu, em 1964, para o Uruguai, capital do exílio para a primeira geração de militantes atingidos pela repressão; já Raul Ellwanger, em 1970, saiu do país no momento da repressão à segunda geração, para a qual o Chile foi a principal alternativa.

Lá ele estudou sociologia e militou no MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) e, em decorrência do golpe de Estado chileno, quando a situação dos exilados políticos latino-americanos complicou-se, fugiu para a Argentina. Segundo Denise Rollemberg, o golpe de Estado chileno em 1973 simbolizou, além da derrota da experiência socialista da Unidade Popular, o fim da esperança da revolução na América Latina. Os golpes de Estado sofridos pelos países vizinhos geraram uma modificação na rota do exílio na região, na medida em que as ditaduras foram se instaurando. Sendo assim, a queda de Allende foi um marco da partida de muitos militantes para fora do continente. É o que a autora chamou de exílio no exílio.

Sobre esse tema Jair Krischke, militante dos Direitos Humanos, cuja entrevista será utilizada para este trabalho, comenta sobre essas mudanças na dinâmica dos exílios na América Latina, ao comentar sobre como ele e seus companheiros agiam para refugiar militantes que necessitavam sair primeiramente do Brasil e, depois, da América Latina:

“Com o golpe de [19]73 no Uruguai a mão se inverte, e aí nós começamos a tirar pessoas do Uruguai, logo depois Chile (...) quando do Golpe em [19]73 no Chile éramos mais de cinco mil brasileiros. (...) Então tirar companheiros do Chile, do Uruguai, do Paraguai, seguidamente tinha que tirar alguém, e em [19] 76 da Argentina.”²¹

Neste outro trecho, Jair avalia o Brasil como ponto estratégico de saída de pessoas para a Europa, dentro de uma lógica de eliminação de entraves para os governos autoritários:

“a ditadura brasileira sempre agiu de uma forma muito, muito sagaz. Ela permite em [19]78 que o Alto Comissariado das Nações Unidas se instale no Rio de Janeiro oficiosamente, não era oficial, era oficiosamente (...) Hoje, eu avalio assim, era muito importante porque era a forma de tirar estas figuras que na nossa região do Conesul estavam criando dificuldades para as ditaduras do Uruguai, da Argentina, do Chile, então é a válvula de pressão, não é? Tem que sair por algum lugar, então sai pelo Brasil, entrava aqui, o Alto Comissariado dava o status de refugiados, e daqui se negociava, não é? Holanda, Bélgica, Noruega, Dinamarca, Suécia, muita gente, França, então essas pessoas iam para esses países, eram recebidas, então isso nos ocupou muito.”²²

No final de 1977, Raul Ellwanger voltou ao Brasil e ficou preso por mais ou menos quinze dias. Em 1979, começou a gravar discos dando início à sua carreira como músico

²¹ Entrevista concedida por Jair Krischke, ao Projeto Marcas da Memória, em vinte e um de setembro de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Simone Rodeghero e com a participação de Isabela Berté e Milene Bobsin, p. 7.

²² Entrevista concedida por Jair Krischke, p. 9.

profissional. Hoje, Raul tem diversos discos gravados no Brasil, Argentina e Uruguai e uma carreira marcada por parcerias com artistas importantes da América do Sul, como Mercedes Sosa, Alfredo Cita Rossa e Pablo Milanês.

Jair Krischke é um militante dos direitos humanos que traz um relato acerca da luta por garantias constitucionais para os militantes que, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, ficavam em situação de marginalidade jurídica frente ao aparato repressivo. Junto com outros militantes ligados a setores da Igreja Católica, com ajuda do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, e também de pessoas ligadas às embaixadas de países do Mercosul, trabalhou para retirar pessoas de prisões e tentou garantir tratamento digno àqueles que permaneceram presos. O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que Jair ajudou a fundar e no qual ainda hoje milita, também auxiliou na retirada vários militantes do país e da América do Sul. Sua entrevista foi gravada em 21 de setembro de 2011, e teve como entrevistadora a professora Carla Rodeghero.

Sua militância teve início a partir da Campanha da Legalidade, em 1961, evento que para ele representou o prenúncio do golpe e que despertou no Rio Grande do Sul uma grande mobilização por parte da juventude. Ao longo de sua trajetória, Jair não se vinculou a nenhum partido. Na ocasião do golpe de 64, não compreendia inicialmente as dimensões que aquele novo regime tomaria. No entanto, já percebera ali a necessidade de ajudar na retirada de pessoas do país. Avalia essa mudança como o resultado daquele movimento que começara em 1961:

“E isso nos surpreende, na verdade nos surpreende porque a gente não relaciona muito a tentativa de [19]61 com o episódio de [19]64, não se fez essa relação que aqui estava em marcha alguma coisa. Apenas se deu uma parada, não se debelou, isso continuou gestando nos quartéis e na burguesia brasileira”²³

Nos dois trechos que seguem, Jair relaciona as diferenças na forma de repressão no Rio Grande do Sul entre as gerações de 1964 e de 1968, discutidas anteriormente:

“Em um primeiro momento os próprios militares não estavam preparados, prisões houve, muitas prisões, familiares meus foram presos, enfim. Mas eu lembro, assim, que eram homens já, assim, de uma certa idade [e] foram levados ali para onde funcionou a FEBEM. Carla – SESME? Jair – isto. E ali foram levados, para ali, dirigentes sindicais, o velho pessoal do Partido Comunista – figuras proeminentes na sociedade porto alegre, psiquiatras, jornalistas (...) vão presos, ficam presos lá, ninguém é torturado, nada disso, se restringe a liberdade.”²⁴

²³ Entrevista concedida por Jair Krischke, p. 3.

²⁴ Entrevista concedida por Jair Krischke, p. 3 – 4.

“Quando chega [19]68, onde há o golpe dentro do golpe, quando as coisas realmente ficam muito sérias, há uma repressão massiva de novo, muito forte, e aí você tem que começar a tirar gente: dirigentes sindicais, dirigentes políticos, estudantes, tem que tirar essas pessoas do país. (...) E se montou todo um trabalho pra essas pessoas passarem e irem ao Uruguai, a Argentina, onde buscavam refúgio, e isso se fez por muito tempo, mesmo com riscos. (...) E nós trabalhávamos dentro dessa precariedade, Ato Institucional número 5. Você era preso sem a menor razão, e o Estado não tinha porque fundamentar a pressão, tu não tinha direito a *habeas corpus*, não tinha direito a receber uma visita de familiar, tu não tinha direito a acesso a advogado, então tu ficava preso, tá preso, então nós tínhamos isso contra nós, então nós tínhamos que agir com a maior discrição do mundo, e assim o fizemos.”²⁵

Jair relata que morar no sul facilitou na ajuda para a saída das pessoas, tendo em vista a relação com a fronteira, bem mais acessível por aqui. Após o AI5 montou-se uma rede de apoio para a retirada de pessoas de todo o Brasil em direção aos países vizinhos. No entanto, em virtude dos golpes no Uruguai e no Chile, em 1973, como já vimos, a direção dos exílios inverteu-se, e os militantes dos direitos humanos precisaram se empenhar para “mandar as pessoas” para países da Europa.

Sob essa situação de semiclandestinidade, já que devia agir muito discretamente, em 1969, Jair se viu em uma condição de bastante risco, uma vez que vários de seus companheiros foram presos e, em consequência disso, ele partiu para a tentativa de retirá-los do DOPS. Entre essas pessoas estava Frei Betto, que também fazia parte daquele esquema de trabalho. Mesmo com as “baixas” na organização, ele não foi preso: “O mês de novembro de [19]69 eu passei todo o mês esperando a minha prisão porque foi um momento que eu precisei colocar a minha cabeça de fora, para tirá-los do DOPS”.²⁶

Com o fim da vigência do AI5 e o conseqüente abrandamento da repressão, em 1979, Jair ajudou a organizar um Seminário de Justiça e Direitos Humanos para tornar pública a entidade que ajudara a construir. Participaram desse evento pessoas da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, vinculada à Igreja Católica, bem como jesuítas gaúchos e clérigos salesianos. Ainda assim tiveram problemas ao tentar registrar o estatuto em cartório, “e por sentença judicial o movimento de justiça e direitos humanos foi registrado no dia onze de agosto de 1980. Por sentença judicial”.²⁷

Até 1979, entre as ações do Movimento estavam: seminários ministrados no Instituto de Pastoral da Juventude, incentivo à organização de associações de bairro na região metropolitana de Porto Alegre e apoio à organização de sindicatos. Maria Paula Nascimento Araújo (2004) no artigo *A luta democrática contra o regime militar na década de 1970* caracteriza essas lutas como senão uma nova geração, pelo menos uma nova etapa que se

²⁵ Entrevista concedida por Jair Krischke, p. 4 - 5 - 9.

²⁶ Entrevista concedida por Jair Krischke p. 5

²⁷ Entrevista concedida por Jair Krischke p. 10

distingue daquela do período anterior ao golpe e àquela de 1968. Ainda hoje, Jair milita pela defesa do direitos humanos e enfatiza a importância da preservação da memória de nosso passado recente, para que as próximas gerações possam reconhecer os crimes cometidos por agentes do Estado em nome de um projeto político para o desenvolvimento do Brasil.

CAPÍTULO 2

O objetivo deste capítulo é analisar aspectos das vivências dos entrevistados durante a ditadura sob a perspectiva das relações de gênero. Da mesma forma que no primeiro capítulo, utilizar suas trajetórias individuais para levantar questões sobre aquele período histórico relacionando as posições ocupadas por homens e mulheres nas dimensões pública e privada da sociedade dos anos 1960 e 1970.

Para expor esta análise, o capítulo será dividido em três tópicos. O primeiro tópico aborda as formas de atuação dos homens e das mulheres durante a ditadura e como essa participação é representada hoje. Para isso a divisão da vida social entre os espaços público e privado permeará a apreciação. O segundo tópico trata de como as relações de gênero, vigentes na sociedade brasileira dos anos sessenta e setenta podem ser verificadas na repressão e mais precisamente na tortura. É uma tentativa de avaliar se, nos casos analisados, a repressão levava em conta se o alvo era um homem ou uma mulher. Por fim, o terceiro tópico visa verificar se nas estratégias de resistência contadas pelos entrevistados podem ser captadas especificidades relacionadas ao gênero, além de buscar perceber de que forma os relatos foram elaborados e narrados para verificar como as dimensões pública e privada estão representadas nas narrativas.

2.1 Agentes sociais na memória da ditadura

A memória das ditaduras latino-americanas, afora trabalhos que analisam especificamente a participação política das mulheres naquele momento, tende a representá-las de uma maneira específica: na luta pelos direitos humanos e na busca por resgatar parentes desaparecidos ou presos. Na Argentina, o movimento das Mães da Praça de Maio e, no Brasil, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) são exemplos da visibilidade desse tipo de “atuação feminina” durante os regimes de exceção nesses países.

Elizabet Jelin (2001) aponta que, na memória das ditaduras no Cone Sul, muitas vezes, as mulheres são colocadas como símbolos de sofrimento e dor, como vítimas indiretas, enquanto que os homens como os mais diretamente atingidos pela repressão (ou responsáveis por ela) por ocuparem os espaços institucionais, ou seja, de poder.

Para entender as diferentes maneiras de inserção social naquele momento, a autora considera que a divisão sexual do trabalho nos anos sessenta implicou maior participação masculina nos espaços públicos, portanto na militância política e sindical, sendo que, no movimento estudantil e armado, essa diferença foi menor. Esse é um dos fatores de organização das relações de gênero apontados pela autora, que permearam essas sociedades naqueles anos.

Para expor seu argumento, Jelin utiliza o caso da repercussão na mídia sobre a detenção do General Pinochet, em Londres, em 1998, até seu julgamento e prisão, em 2001, no Chile: as imagens na televisão mostravam mulheres dirigindo organizações de direitos humanos, reivindicando justiça, fazendo manifestações de rua contra e a favor da prisão do ditador, ao passo que os homens apareciam nas posições de acusadores, defensores e juízes, tratando de aspectos institucionais da questão. Esta representação, para a autora, desconsidera o gênero enquanto categoria analítica, resultando em uma visão estereotipada, na qual as mulheres sofrem e os militares – homens - dominam.

Essa análise verifica dois comportamentos “típicos femininos” na memória dessas ditaduras: na esfera pública, militando nas organizações de direitos humanos, e na esfera privada, lutando pela subsistência familiar em caso de mudanças dentro desse núcleo. No caso do exílio, por exemplo, frequentemente, mulheres saíram de seus países para acompanhar na condição de esposas, mães ou filhas os familiares (homens) no resultado de projetos políticos deles. Este foi o caso de Flávia Schilling, uma das pessoas entrevistadas para esse trabalho. Possivelmente foi um exílio diferente daquele para o qual as mulheres partiram em função de um projeto político (um compromisso público) próprio.

A autora conclui a ideia especificando duas formas de atuação feminina durante os anos de chumbo: primeiro, como guerrilheira, ou resistindo à ditadura de outras formas, e segundo, como participantes de movimentos de direitos humanos, nos quais as mulheres apareceram na cena pública carregando a memória social das atrocidades cometidas contra seus parentes.

“Su performatividad y su papel simbólico tienen también una carga ética significativa que empuja los límites de la negociación política, pidiendo «lo imposible». Su lugar social está anclado en vínculos familiares naturalizados, y al legitimar la expresión pública del duelo y el dolor, reproducen y refuerzan estereotipos y visiones tradicionales.” (JELIN, 2001, p.115)

A partir daí podemos inferir que a repercussão dessa forma de participação de mulheres na luta contra as ditaduras do Cone Sul reproduzia um padrão de família e de organização familiar tradicional, a partir do qual as mulheres ocupavam a esfera pública da

sociedade para reivindicar a reparação de seus lares, não estando, portanto, lutando contra o Estado diretamente, mas sim pela reorganização das famílias afetadas pela ditadura. Por esse motivo, tiveram legitimidade para serem ouvidas e para negociar importantes direitos a muitos dos atingidos pela repressão na época.

Jair Krischke expressa essa memória da participação política das mulheres na ditadura brasileira ao comentar sobre a questão da anistia e também sobre o movimento sem terra:

“e aí, nessa luta, se dá algo que é muito marcante, e que depois de novo vai aparecer na luta do MST: o papel das mulheres, porque quem arranca publicamente com o tema da anistia são mulheres, são as mulheres que arrancam, e que se expõem. (...) As mulheres. E vão galgando espaço no país todo, e esse toque feminino que além de todas as questões políticas **tem esse aporte emocional dos afetos, das mães, das mulheres, das irmãs**, foi a tônica por excelência. O movimento das mulheres, nós homens entramos meio a reboque, sabe? E no Movimento Sem Terra de novo as mulheres passaram a ter um papel importantíssimo. Quando havia repressão, elas por exemplo, eles queriam terminar com o acampamento e iam com veículos. Elas deitavam no chão, iam passar por cima delas. Esta postura de **resistência pacífica, não agressiva**, ela criava um impasse para a repressão. É uma surpresa: **resistem mas não nos agriem, não se antepõem**. Na anistia se deu isso sabe? Nós homens entramos a reboque meio que dando um suporte, até que a coisa engrenou mesmo.”²⁸

Podemos perceber aí uma memória em que as mulheres naturalmente foram em busca de seus familiares, pois seus corações foram partidos no momento em que a repressão atingiu a família, o âmbito privado da sociedade, espaço de responsabilidade, manutenção e cuidado femininos, das mães, irmãs e esposas. A fala também trata da resistência pacífica, uma estratégia que surpreende a repressão, que parecia, no relato de Jair, desarmada frente a uma situação de tamanho apelo simbólico. Ora, quem se responsabilizaria pela agressão de um grupo de mulheres em posição tão vulnerável?

O estudo sobre a história da luta pela anistia no Rio Grande do Sul, já mencionado neste trabalho, demonstra que o Movimento Feminino pela Anistia, fundado em 1975 em São Paulo e depois em outros estados brasileiros, teve como linha de frente um coletivo feminino. Através dessa mobilização, que iniciou com um manifesto, abaixo-assinados, publicações e falas sobre aquela organização, outros setores sociais, como estudantes, operários, pessoas diretamente atingidas pela repressão e simpatizantes da causa, se agregaram ao movimento. O MFPA também buscou apoio de organizações alinhadas com a oposição como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), as entidades estudantis e sindicais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Estes órgãos ajudariam a pressionar o governo por meios institucionais.

²⁸ Entrevista concedida por Jair Krischke, p. 16, grifos meus.

Os autores desse estudo contextualizam a criação desse movimento no Ano Internacional da Mulher, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), que patrocinou a Conferência Mundial da Mulher na Cidade do México, e, em São Paulo, a criação do Centro da Mulher Brasileira. Essa entidade publicou o primeiro exemplar do jornal *Brasil Mulher*, editado em Londrina, o qual avaliou os eventos propostos pela ONU, e destacou a participação do MFPA naquele ano. É relevante o fato de que, embora houvesse militantes feministas, essa organização identificava-se como um movimento feminino²⁹. De qualquer forma, a organização “trazia as mulheres para o espaço público e buscava demonstrar a sua importância na definição dos rumos políticos do país.” (DIENSTMANN; RODEGHERO; TRINDADE, 2011, p. 32). A proposta inicial do MFPA tinha um tom pacifista e conciliador, não de enfrentamento direto com a ditadura e tampouco, em sua fase inicial, de responsabilizar os agentes da repressão pelos crimes cometidos. Isso, segundo os autores, mudou com a integração do MFPA ao Comitê Brasileiro pela Anistia, que funcionou em Porto Alegre, a partir de 1978.

Marcelo Siqueira Ridenti (1990) publicou um estudo acerca das diferentes formas de participação política das brasileiras em meados dos anos 1960. Por meio de dados estatísticos sobre a atuação das mulheres em organizações clandestinas de esquerda, em grupos guerrilheiros, o autor verificou a participação de mulheres, em geral, jovens e intelectualizadas, em sua maioria estudantes e professoras.

O estudo demonstra que a participação feminina em organizações de guerrilha, mesmo não tendo tido um caráter estritamente feminista, representou avanços na emancipação da mulher, principalmente se essa atuação for comparada com aquela das “mães-esposas-donas-de-casa” que se uniram para apoiar o golpe de 1964. Sendo assim, mesmo de maneiras distintas, as mulheres da década de 1960 “passaram a intervir significativamente na cena política, quer para apoiar o golpe de 1964, quer para combatê-lo, das formas mais moderadas às mais extremadas” (RIDENTI, 1990, p. 113).

Por meio de análise quantitativa do Projeto Brasil: Nunca Mais, o autor demonstra que 88% dos processados, no estudo, eram homens e somente 12% eram mulheres, enquanto que nos grupos armados urbanos essa percentagem foi um pouco maior para as mulheres: 18,3%³⁰. Essa discrepância revela que as mulheres ocupavam posições subordinadas na política e na

²⁹ O que significa que não havia reivindicações diretamente relacionadas à promoção da igualdade de direitos para todos e todas, mas que a organização era composta, ou dirigida por mulheres.

³⁰ O Projeto Brasil Nunca Mais foi um minucioso trabalho sobre a repressão do Estado a cidadãos brasileiros, baseado principalmente em 707 processos que tramitaram pela Justiça Militar e que em 1979 tinham chegado ao Superior Tribunal Militar. Com a ajuda desses documentos, o livro denunciou perseguições, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Foi publicado pela primeira vez no ano de 1985.

sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 1960, quando a entrada delas na luta armada contribuiu “para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino” (RIDENTI, 1990, p. 114).

O autor remete-se também aos movimentos de mães, esposas, filhas e irmãs que protestavam contra a repressão a seus familiares, como a “União das Mães contra a Violência” de São Paulo. Esses movimentos femininos não propunham uma luta radical contra a ditadura, mas sim reinstaurar “um regime democrático puro que pudesse dotar as ‘elites culturais’ do país de uma influência determinante sobre o processo nacional de tomada de decisões” (SAES, 1985, Apud, RIDENTI, 1990). Vanderlei Machado (2011), por sua vez, tem mostrado, em suas pesquisas, as trajetórias de mulheres que se envolveram nos grupos clandestinos de esquerda e daquelas que, na condição de mães, e para defender seus filhos, se envolveram na luta contra a ditadura.

Quanto à memória da participação masculina na luta contra a ditadura pode-se dizer que ela é contemplada pela produção historiográfica sobre o tema, uma vez que os homens foram numericamente a maioria dos agentes naquele processo histórico, e também por serem historicamente entendidos como o grupo social que participa, articula e define os rumos da política, da esfera pública da sociedade. Como vimos aqui, mesmo que a participação política feminina seja reconhecida, ela não é institucionalizada, ela permeia outras esferas sociais, como a clandestinidade da luta armada. E quando reconhecida publicamente essa atuação reproduz as relações de gênero que atribuem às mulheres a defesa de questões da vida privada, como a família.

Os relatos de Flávia e de Nilce são representativos da atuação de mulheres que lutaram contra a ditadura junto aos homens, que não estavam na militância em função de alguém, mas por iniciativa própria, por acreditarem que podiam contribuir para o movimento de resistência e de contestação da ordem estabelecida, propondo uma organização social diferente.

2.2 Repressão, tortura e militância

Ao falar sobre representação política durante a ditadura paraguaia, Alfredo Boccia Paz (2010) observa que houve claras especificidades de gênero nos mecanismos de repressão do Estado. Esta situação é explicada pelo fato de que as ditaduras no Cone Sul reforçaram o sistema patriarcal (apoiado em uma moral católica e conservadora) tradicionalmente arraigado nesses países, a partir do qual, à mulher cabia um rol social secundário, diferenciando sua participação em espaços públicos e privados. Dessa forma, em tempos de violência política, os militares exerceram um discurso e uma prática autoritários, exacerbando uma construção social que relegava o lugar da mulher à família, como dona de casa, esposa, mãe. Flávia e Nilce comentam em seu relato que, quando foram capturadas, causaram espanto aos agentes da repressão, que tentavam encontrar explicações para aquela circunstância, para eles inusitada, como demonstra Flávia nesta passagem:

“os militares, eles se surpreendiam muito com a presença da mulher no movimento. E eles de alguma maneira tentavam explicar essa visibilidade das mulheres dizendo o seguinte: ‘ah, vocês estão aqui porque vocês quiseram acompanhar o marido de vocês, porque o namorado de vocês era [do movimento] e aí vocês também acompanharam, ou então o teu namorado te enganou e te levou pro mau [caminho]’ sabe? Tentando colocar a gente no eterno lugar de vítimas. Não é? Então a mulher vítima, mais ou menos, é o compreensível. Então [éramos vistas como] vítimas dos homens que nos levaram para o mau caminho. Essa é uma forma muito recorrente. E eles te ofereciam esse argumento. [Diziam:] ‘Ah, você está aqui porque o teu namorado te enganou’, não sei o quanto e tal. E para nós era uma coisa assim, muito natural, a gente resistiu muito a essa fala. E a gente dizia: ‘Não! A gente está aqui porque a gente decidiu que isso era importante’; ‘a gente está aqui porque a gente quis, porque a gente acredita na luta’ etc. Então, a gente recusou muito instintivamente esse lugar de vítimas que nos era oferecido. Eu diria, esse é um bom exemplo, um pouco, dessa questão que começava a aparecer nesses anos de um outro lugar possível para nós mulheres, de protagonismo, um lugar de mais poder.”³¹

Podemos perceber na fala de Flávia como os agentes da repressão se depararam com uma situação nova, ao ter de enfrentar, na defesa da ordem estabelecida, uma parcela da sociedade que em tese não causaria esse tipo de problema. Para resolver esse embaraço, os militares tentavam encontrar explicações ancoradas em uma forma de organização social na qual as mulheres teriam sido levadas, influenciadas por homens a se rebelarem contra a ditadura, já que não poderiam ter essa iniciativa sozinhas, pois discutir e atuar politicamente, para aquela sociedade, não era uma incumbência feminina. Pode-se pensar também na dupla afronta que aqueles militares sofreram: aquelas presas lutavam contra o regime e, para isso, se comportavam de maneira diferente do esperado, estavam nas ruas, em organizações políticas, situação nova para os anos 1960 e 1970.

³¹ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 22- 23.

Em relação à prisão e à tortura, Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996) comenta que o abuso verbal, no contato entre agentes do Estado e militantes mulheres, acontecia em decorrência do asco que elas causavam. Não eram xingadas apenas por serem terroristas, mas também por serem mulheres. Nas mãos de agentes do sexo masculino elas sofreram todos os vexames sob o olhar de alguém que lhes era diferente. Isso porque a repressão daquele momento atingiu mulheres em dois aspectos, explica a autora: primeiro pela posição ideológica e ação política, que afrontava o regime ao desafiar a Lei de Segurança Nacional e, segundo, por estarem desafiando os códigos de gênero daquele momento.

Por isso, a surpresa nas prisões, por exemplo, onde, para os militares, era complexo se deparar com alguém que, além ser um “subversivo”, era uma mulher. Conforme o relato de Flávia, presa no Uruguai: “eles também não sabiam o que fazer com mulheres presas políticas”.³² Outra questão que causava espanto, segundo o relato de Flávia, era o fato de as mulheres terem sido feridas com arma de fogo,

“talvez um diferencial que nos unisse, por que eu era militante de base, [não tinha] importância alguma, [foi] a questão do tiro. Então, várias de nós haviam sido feridas à bala. Juntando um pouco a questão de que mulher não faz essas coisas, mulher não é para... [a entrevistadora diz:] Não devia estar aí. [Flávia responde:] Não devia estar aí, e se meter com arma. Mesmo não estando armada, sei lá, é uma coisa.”³³

Nilce revela que não era somente para a repressão que havia comportamentos pré-concebidos para as mulheres, mas que, na AP, ela teve de se submeter a decisões da direção da organização sem poder discutir, como na ocasião em que veio para Porto Alegre rearticular as células daqui:

“A Ação Popular lá, decidiu que a gente ia vir reorganizar essa parte aqui. (...) Eu fui absolutamente contra que eu viesse pra cá. E aí, eu vim, porque eu era mulher dele. Aí nós brigamos, então não sou mais mulher dele. Quando eu vim, não era mais mulher dele, depois até voltamos e tal. Mas teve uma briga muito séria, porque eu não achava que uma pessoa só por ser mulher vai de arrasto. Ah, aquilo me matou. Eu - mas briguei muito, briguei muito. (...) Os companheiros achavam assim, a direção e decidiu e está decidido. E as mulheres acatam.”³⁴

Neste momento, Nilce mostra como os anseios por uma nova sociedade, pregados por essa organização, não contemplavam o debate da relação entre homens e mulheres. Essa foi uma das contradições da AP, explicitada por Nilce. A organização acreditava que a justiça social estaria garantida após a revolução, sem perceber que, naquele momento, também

³² Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 18

³³ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 18

³⁴ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardozo, p. 10

estavam praticando injustiça ao não levar em consideração a opinião das mulheres, já que, se estavam na luta juntos, deveriam discutir e tomar decisões juntos. O autoritarismo da direção da AP também é percebido no trecho, a organização era rígida quanto às ordens, suprimindo a autonomia dos militantes, e a chance de debate, fossem eles homens ou mulheres.

Ainda sobre a AP, Nilce comenta que a direção não era composta somente por homens, tanto é que ela foi uma das lideranças. Mesmo que não tenha falado sobre cargos, percebe-se sua importância na organização pela trajetória política, pelas informações que detinha e pela forma como foi punida. Ao ser questionada sobre o assunto ela comenta:

“Eu fui formada, entre várias outras pessoas que me formaram, outra hora a gente pode falar, mas eu fui formada por uma mulher. A Inês, por exemplo, que foi quem me recebeu, e que me ensinou tudo que eu sei e soube sobre segurança, de como atuar numa clandestinidade, como segurança, normas de segurança. Tudo, tudo, ela era a dirigente máxima minha. Ela é mulher. Tinha - a maioria eram homens mesmo, mas ela, por exemplo, era mulher, e ela que me recebeu. Então, eu também tinha, também tenho um espelho mulher. Porque ela que me ensinou as normas de segurança, ela que foi o norte pra mim de várias questões. E depois, aí sim, a grande maioria era de homens. Então, por exemplo, lá na célula que nós estávamos, só tinha eu de mulher militante, quando eu vim pra aqui, só tinha eu de mulher.”³⁵

Conforme demonstrado neste trabalho, havia mais homens do que mulheres na militância contra a ditadura, na AP não foi diferente. O interessante é haver ali mulheres ocupando cargos de liderança, como na formação de outros militantes, por exemplo. Isso mostra que, afóra a rigidez da organização e dos valores ainda tradicionais sobre a relação entre homens e mulheres, revelados no cotidiano do trabalho, havia espaço para atuar politicamente, cujos critérios de avaliação de competência não necessariamente se relacionavam ao gênero da pessoa.

A respeito da vitimização, os relatos de Flávia e de Nilce contribuem para verificar que essa não é uma condição que as mulheres que lutaram contra a ditadura têm orgulho de ocupar. Elas apresentam suas trajetórias de maneira positiva. As situações em que foram colocadas, como o longo tempo de encarceramento de Flávia e a cruel tortura de Nilce, não constituíram o eixo central de suas falas, mas também não foram silenciadas. Reconhecendo a desumanidade a que foram submetidas, elas deram ênfase às maneiras utilizadas para retomar suas vidas e superar o passado. Flávia reitera que não quer ser conhecida hoje como ex-presa política, por entender que não deve definir sua vida somente por um momento, querendo ser apreciada por sua profissão, pelo que ela é hoje, conforme o trecho que segue.

³⁵ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardozo, p. 11

“As pessoas naturalmente dizem: ‘ó coitadinha’ normalmente a coisa da vítima ‘nossa, como você deve ter sofrido’. As pessoas sempre dizem: ‘nossa, eu chorei tanto com seu livro’. Eu sempre falo: ‘eu não queria que você chorasse’ (risos), ‘você não devia ter chorado, não era esse o objetivo, não precisa chorar e tal’. Então, a coisa da vítima está muito posta.”³⁶

Nilce também se nega a incorporar esse papel e inicia o relato dizendo: “eu sou uma pessoa que, me considero uma vitoriosa, porque consegui ter filhos e netas.”³⁷ A militante teve o útero queimado durante a tortura e vários médicos disseram a ela que não poderia mais ter filhos.

Outro exemplo de como as arbitrariedades do regime afetaram as mulheres é o da mãe de Marta. Na qualidade de esposa de um militante trabalhista foi rechaçada pelo Estado em sua profissão de professora, tendo perdido a regência de classe, o que a levou trabalhar ainda dentro da escola, como merendeira, conforme o relato:

“A mãe sempre foi professora, professora estadual. Com a mãe, na verdade, a ditadura nunca foi assim, muito repressora. Mas, ao mesmo tempo, nunca mais deram classe para ela. A mãe foi afastada da sala de aula. Ela trabalhou quase que o tempo inteiro como merendeira. Depois, ela fez um curso, de nutricionismo, por causa disso. Porque não deram [mais] a sala de aula para ela. A partir da ditadura, ela nunca mais teve regência de classe.”³⁸

Mesmo que a entrevistada não veja isso como uma repressão tão intensa, percebemos uma perda de status social daquela professora, que não pôde mais exercer sua profissão. Nilce também foi demitida da escola estadual onde trabalhava, em Porto Alegre, e teve de recorrer a um advogado para retomar seu ofício.

Sobre as formas de repressão que atingiram militantes homens, o caso de Honório pode ser tomado como um exemplo. Exonerado do cargo de procurador, ele passou a advogar para companheiros de esquerda. O advogado conta que foi preso muitas vezes em função de sua militância. Costumava discursar em assembleias e comícios, sendo uma pessoa bastante “visada”. A repressão se dava, portanto, sobre sua vida pública, nos espaços em que ele manifestava suas ideias e era ouvido por outras pessoas. Delly, sua esposa, lembra que, em uma das prisões, os militares apreenderam o discurso que Honório havia pronunciado como orador da turma na Faculdade de Direito. Elizabet Jelin (2001) explica que a repressão desarticulou espaços públicos como partidos ou lugares de trabalho, limitando a amplitude de vínculos e redes sociais. Foi por agir nesse âmbito da vida social que Honório foi enquadrado como “subversivo” diversas vezes.

³⁶ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 19

³⁷ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 1

³⁸ Entrevista concedida por Marta Sicca Da Rocha, p. 4

“Até foi muito interessante, porque quando me prenderam, o coronel lá disse assim: ‘O senhor era orador dos comícios comunistas?’ [coronel do inquérito policial militar] e eu respondi: ‘Não’. [E o coronel disse]: ‘Mas o senhor estava’ – daí ele me mostra uma fotografia, eu com o microfone na frente falando: ‘mas o senhor falava nos comícios!’ ‘Não, eu era o apresentador só’ [respondi]. O coronel queria me qualificar (...) na lei de segurança nacional.”³⁹

Aí é possível interpretar que, no curso da vida social de Honório, em sua profissão, ele exercia as atividades políticas, como a ajuda aos companheiros de militância. Com a repressão, seu comportamento era acompanhado de perto e, como participante do movimento trabalhista ele teve diversas vezes que prestar esclarecimentos à polícia. Além disso, algumas vezes, o advogado teve de recorrer à clandestinidade, como na ocasião em que permaneceu por uma semana dentro de um apartamento para não ser enquadrado outra vez.

Da mesma forma Raul Ellwanger e Jair Krischke tiveram sua vida política associada a atividades que já exerciam. O caso de Raul: militava no movimento estudantil e trabalhava como estagiário em um escritório de advocacia, a partir de onde se envolveu com o movimento operário. Passou para a clandestinidade após ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por receio de ser preso e torturado. Jair tinha vários contatos com embaixadas de países do Cone Sul e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados; a partir dessa rede, junto com membros da Igreja Católica, exerceu sua atuação política. Apesar de ter visto vários amigos serem presos, não foi perseguido pela polícia. A entidade na qual atuava não detinha existência jurídica até o início de 1979. Por isso, ele agia de maneira discreta.

A respeito da tortura, Nilce lembra como, durante os interrogatórios, seu silêncio afrontava os torturadores. Apesar de ter sido submetida a todo o tipo de violência, ela não entregou nenhum companheiro. Por não conseguirem as informações que pretendiam retirar de uma das lideranças da AP, os agentes da ditadura tentaram de todas as formas aniquilar seu corpo e sua mente:

“quando eu caí, por exemplo, eles sabiam tudo que eu sabia. Essa foi, por isso que - mas porque que em cima de **uma mulher que é tão insignificante**, parecia não é? Vai fazer um tipo de tortura desse jeito? Não dá para entender. A gente só pode entender se olharmos tudo que eu sabia, ao longo, que foi acumulado. Eu sabia: todo mundo da direção nacional onde estavam. Eu sabia achá-los, [porque] eu ia nas casas. Eu sabia como entrar em contato com qualquer região que desse acesso a nós, a fronteira, a todos militantes aqui. (...) Então teve gente, por exemplo, durante a tortura, [que levava os militares a dizer] ‘mas será que

³⁹ Entrevista concedida por Honório Perez, p. 5.

‘não pegamos a pessoa errada, não?’ ‘não é possível que **essa menina, essa mulher** vai ficar quieta, em silêncio, toda vida!’”⁴⁰

É perceptível aí a revolta dos agentes da repressão ao se depararem com uma mulher tão forte, uma pessoa que, para eles, à primeira vista, não resistiria por muito tempo. Para Nilce, eles pareciam não entender como uma mulher pudesse resistir aos seus métodos de coerção. Essa foi a explicação que ela encontrou para ter sido submetida a tanta violência, por ter muitas informações importantes para não contar e por ter permanecido em silêncio independente do que fizessem com ela.

Graciela Sapriza (2010) analisa a repressão às ações políticas da esquerda uruguaia, apontando o corpo como um espaço político nas mãos dos torturadores. A autora explica que, nesse contexto, a tortura era uma maneira de obter informações mediante a destruição física ou psíquica dos presos, utilizando técnicas para dissuadir e criar confusão.

Sobre esse tema Olivia Rangel Joffily (2010) especifica que na tortura das militantes mulheres havia, além da oposição de ideias políticas, a desigualdade de gênero, já que os torturadores foram em sua maioria homens. Para ela, naquele sistema de referências, as militantes não eram associadas a figuras de mãe, esposa, filha ou irmã, mas sim de mulheres que não se contentavam com o espaço privado que lhes caberia, pois queriam ocupar um espaço masculino. A condição das oponentes aumentava o fosso que as separava do torturador e era utilizada como instrumento de humilhação. Era nesse momento, segundo a autora, que as relações de opressão de sexo/gênero chegavam a seu ápice.

A autora caracteriza a tortura como instrumento político, quando usada contra opositores do Estado, como um dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil. Esse método não foi somente um mecanismo para obter informações, mas também para destruir o preso político em seu corpo e em sua moral. Dentro dessa lógica, esse formato de interrogatório incluiu especialistas, militares e policiais sádicos e perversos, bem como médicos, pessoas conscientes de suas tarefas como instrumento de repressão.

Após muitas tentativas de fazer com que Nilce falasse, os torturadores empreenderam uma forma de terror específica para uma mulher, utilizando seu corpo como instrumento de tortura. Os agentes da repressão cometeram o que Nilce chamou de estupro:

“E, dentro do útero, eles resolveram queimar o útero. Colocaram lá, lá dentro, os fios, e giraram o choque. Então realmente assim, foi de uma atrocidade (...) o terror. É algo que, que destrói, lá dentro. Quer dizer, quando eu vi o que eles estavam fazendo, aquilo é estupro, estupro mesmo. (...) Eles achavam que seria

⁴⁰ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 8, grifos meus.

insuportável para um ser humano aguentar tudo aquilo, porque eles já tinham tentado todas as partes externas, de choques. E eu tinha ido várias vezes, ido e voltado para o pau-de-arara, e seguia levando choque pelo corpo todo. Aí, eles resolveram queimar por dentro, né. (...) É, mas eu compreendo. Eu compreendo perfeitamente sobre isso, porque, realmente, é algo tão da natureza feminina, e que pode ser, sim, que realmente os caras pensaram nisso, porque seria algo de tirar alguma coisa que era muito própria da mulher.⁴¹

Pode-se verificar aí uma das formas específicas de repressão, relacionadas ao gênero. Mesmo não havendo como dimensionar o tamanho da violência sofrida pelos militantes em situações como essa, é possível diferenciar como os corpos foram violentados, também na identidade que estavam ali representando. Há relatos de tortura psicológica para homens, por exemplo, relacionadas à potência sexual ou à virilidade, da mesma forma na tentativa de atingir uma identidade específica (masculina ou feminina) através do o corpo.

Elizabet Jelin (2001) analisa a tortura sexual que muitas mulheres sofreram. Ela afirma que os informes feitos sobre a tortura indicam que o corpo feminino sempre foi um objeto diferenciado para essa prática, tendo sido comum uma alta dose de violência sexual. Desse modo, os corpos das mulheres, suas vaginas, úteros e seios, ligados a identidades femininas como objeto sexual, como esposas ou como mães, tornavam-se objetos desse tipo de tortura.

Cabe ressaltar que a entrevistada somente consegue falar a respeito de temas tão sombrios como este depois de vinte anos de psicoterapia e de ter estudado psicanálise. Ela comenta que tocar no assunto da tortura lhe era muito penoso, mas que, com o tempo, percebeu a importância de dizer, de revelar como pessoas em nome de um projeto político foram capazes de cometer tantas atrocidades. Nilce considera importante denunciar o horror implementado nos interrogatórios para que se torne pública outra face do Brasil na época do milagre econômico e de tantas expectativas positivas. Quanto à tortura na OBAN, onde chegou desorientada, Nilce conta que recebera medicações psicotrópicas e que, ainda assim, permaneceu em silêncio.

“é bom a gente estar meio louca, sabe? Porque daí a gente faz cada uma! Porque eu respondia em cima da [pergunta], não é? E aí foi muito interessante, não era politicamente que eu respondia, não, era bem loucamente mesmo e aí dava certo, e aí mais eles ficavam bravos. No caso do Cenimar, foi lá e [disse]: ‘essa mulher ainda não falou nada?!’. E eu fiquei olhando pra ele, eu sempre olhava com uma cara de boba, assim, não sei do que ele está falando”.⁴²

No período em que permaneceu na OBAN, Nilce conheceu outro tipo de tortura, diferente daquela sofrida no DOPS, em Porto Alegre. Ela comenta que, naquele momento,

⁴¹ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 18-20

⁴² Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 9

partiram para a tortura psicológica; depois de terem tentado coagir seu corpo, sem obter resultados, e também por ela correr risco de morte, passaram a intervir em sua mente, para tentar eliminar seu senso de realidade. E mesmo assim sua resposta era o silêncio.

A partir dessas considerações sobre a repressão, a militância e a tortura, pode-se dizer que as entrevistas revelam relações de poder não só entre o Estado e os indivíduos que se opuseram a ele, como também entre homens e mulheres. Revelam também a atribuição de espaços de atuação social diferenciada por gênero, tanto nas ações dos agentes da repressão como entre companheiros de militância, o que pode ser entendido como um indício da forma como estava organizada a sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970.

2.3 Resistência e narrativa

Neste tópico a forma como a repressão atingiu corpos femininos e masculinos vai ser aprofundada levando em conta a ênfase que os entrevistados deram, em suas narrativas, a questões do universo privado e do público e de como estas se relacionam com as estratégias de resistência colocadas em prática. Entre elas, destacaremos aquelas voltadas ao combate à despersonalização.

Com isso, serão exploradas outras das dimensões do problema de pesquisa proposto, ou seja, buscar-se-á verificar que configurações ganham, nos relatos de homens e de mulheres, a atuação no âmbito doméstico, da família, da intimidade e o engajamento em organizações políticas.

Acerca do engajamento político podemos considerar que os motivos que levaram as pessoas a se empenharem na luta contra a ditadura têm relação com aspectos da personalidade de cada indivíduo, aliados a influências externas a que qualquer pessoa é exposta, por viver em sociedade. Quatro dos seis entrevistados atribuíram à família fortes influências na formação de suas visões de mundo e de seus papéis sociais enquanto cidadãos.

Flávia e Marta, filhas de dois assessores do Brizola, relatam que havia um clima de discussão política em casa. Por terem acompanhado de perto a vida política dos pais, e suas consequências, reconhecem a influência deles em seu próprio engajamento. Nilce também encontrou dentro de casa referências para seguir o caminho que seguiu. Filha de professores, ela conta que os pais sempre acreditaram na igualdade, na justiça social. Seu pai havia sido

vereador da cidade de Ribeirão Preto, portanto também havia tido uma atuação política que a teria inspirado.

Jair conta que participava de comícios quando criança e que se identificava com a “ala da esquerda” de sua família. Engajou-se na luta pelos direitos humanos por ser contra o preconceito e a discriminação, que sofria quando criança na escola, por ser de origem alemã e por não ser católico. Honório e Raul não comentam a respeito da influência familiar em seus engajamentos. Os militantes da geração de 68 atribuem importância também ao clima dentro do movimento estudantil, que possibilitou a adesão àquele projeto.

A resistência à repressão pode ser melhor entendida se pensarmos no cotidiano dentro das prisões, mencionado por alguns dos entrevistados. Verificou-se que o uso de pijama, batom e de outros artifícios indentitários foram maneiras de manter a dignidade naquela situação. Outro fator importante naquele momento foi a tentativa de manter uma rotina de atividades que permitisse utilizar o tempo dentro da prisão de forma mais saudável e menos dolorosa. Sendo assim, essas questões podem ser entendidas como o combate à despersonalização empreendida em situações de cárcere.

Jair Krischke revela que, ao tentar garantir alguns direitos básicos aos presos, negociava com os agentes da repressão para poder entregar-lhes alguns objetos à primeira vista simples, mas que eram de suma importância para quem não tinha contato com o universo fora da prisão: “Então, cueca, pijama, lenço, meia, cigarro, creme dental. Reuni na minha casa e, de fato, nas horas tantas veio o motorista do Coronel Jaime Mariano buscar na minha casa todo esse material para esse povo preso”.⁴³ É notável no testemunho de Jair o argumento de que não se tratava de qualquer grupo de presos, mas sim de presos políticos, pessoas que teriam maior possibilidade de recorrer a advogados para defendê-los, mesmo que a polícia tivesse seus artifícios para barrar o acesso desses profissionais aos clientes.

Honório avalia que, na ocasião em que permaneceu um mês preso, foi bem tratado, pois havia uma relação “amigável” com os militares, que permitia a ele algumas regalias como televisão, papel, caneta, rádio, tendo até sido autorizado a fazer um “almoço de família” dentro da prisão. O advogado não dormia em uma cela, mas em uma sala, de onde tinha autorização para sair todos os dias. Isso mostra que as características de cárcere naquela situação foram amenizadas, o que permitiu o não desligamento total com o mundo fora dali, na medida em que ele tinha acesso a meios de comunicação, podia escrever e ter contato com a família. Esta parece ser uma situação um tanto atípica, pois muitos outros presos políticos que, como ele, tinham diploma universitário, não tiveram as mesmas “regalias”.

⁴³ Entrevista concedida por Jair Krischke, p. 7

O depoimento de Flávia, que permaneceu presa por sete anos e meio, revela várias características de resistência, na tentativa de manter sua integridade. A militante revela que o contato e a interação com outras presas foram decisivos para enfrentar as dificuldades do cárcere, já que esteve em situação de isolamento também. Ela buscou vários meios para preencher o tempo, para manter-se ocupada como, por exemplo, leituras, cartas trocadas com a família, práticas de yoga, tarefas manuais entre outras atividades que para ela foram fundamentais durante aqueles anos. Este trecho da entrevista é bastante ilustrativo:

“a gente tentou fazer isso ao máximo. Ao máximo porque a coisa da despersonalização é obvio, na prisão disciplinar ela é evidente. Então cabelo, uniforme, não é? A gente ajustava os uniformes, fazia, não é? (...) Então tinha os cuidados básicos. A gente não tinha espelho. A coisa do espelho é muito louca, porque é importante ter um espelho, não é? Então a invenção de alguns substitutos de espelho. (...) A coisa do espelho era importante. A gente se pintava, a questão da maquiagem, era uma coisa para a visita. (...) Baton, blushzinho, não é? Então a questão do cuidado ela era importante. A gente podia usar uma roupa por baixo, então alguma camiseta colorida, que aparecesse. E outra eram as camisolas. As camisolas é ótimo. Porque aí não havia padronização, então ter uma roupa bonita para dormir (...) mesmo estando sozinha, sem amor nem nada (...) nossa isso era tudo de bom. Então isso era bem interessante, não é? Poucas coisas a gente tinha, mas e também isso do físico, que a gente estava comentando. (...) Então a gente fazia yoga clandestinamente e a gente jogava vôlei no recreio, digamos assim, na hora de tomar banho de sol, jogava. Porque a hora de sair era um pouco lavar roupa e jogar, ou caminhava também. Então tinha esse cuidado de se manter fisicamente bem.”⁴⁴

É notável a tentativa de descaracterizar a rotina a que a militante era submetida, para assim minimizar os efeitos do encarceramento. Flávia buscava manter aspectos de sua vida individual no espaço da prisão. A tentativa de levar uma vida o menos ociosa possível, para que assim o tempo passasse mais rápido, é revelada pelas atividades físicas e pelos estudos e leituras praticados pelas presas. Ainda a esse respeito, Flávia revela que a forma de interação com o espaço físico também foi utilizado como meio de resistir à rotina do sistema penitenciário, de tentar manter uma identidade própria, conforme o trecho:

“Outra coisa, por exemplo, eram coisas coloridas, lembro tinha uma colcha absolutamente colorida, alguma foto, enfim, enfeite, enfeitar aquilo ali, meu ambiente era muito menor que essa sala onde estamos. A cela, a gente realmente se apropriava, tentava mudar um pouco, o tempo todo.”⁴⁵

Flávia agregava características próprias à cela, ao tentar modificar o ambiente em que vivia, para assim tentar resgatar o contato com significados de sua vida anteriores àquele momento. Essa era uma forma de distanciar-se, na medida do possível, daquela realidade a qual estava submetida.

⁴⁴ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 30

⁴⁵ Entrevista concedida por Flávia Schilling, p. 21

A respeito da prisão e da tortura, Ferreira (1996) expõe que o confinamento penal exige adaptação a novos padrões psicossociais, como a reorganização da relação com dimensões de espaço e de tempo, com um novo código social, em relação à interação com outras pessoas. Dentro dessa dinâmica é necessário encontrar mecanismos para preservar a sanidade mental. No caso das mulheres entrevistadas pela autora, os artifícios eram contar azulejos, fazer listas de memória, entre outros. Era necessário buscar contatos com uma realidade interior, através do raciocínio, do exercício lúdico ou da afetividade.

A autora utiliza Michel Pollak para discutir sobre as formas de resistência à repressão em seu estudo. Ela aponta que a possibilidade de sobreviver à prisão e à tortura depende da capacidade e habilidade do preso para utilizar recursos que o beneficiem e que o ajudem a se opor aos mecanismos de despersonalização utilizados nesses momentos, já que, nessa situação, a preservação dos valores individuais torna-se fundamental para tolerar o sofrimento.

Nilce considera que, na tortura, pequenos detalhes influenciaram na forma de se portar diante dos torturadores, para manter-se forte até mesmo em situação de extrema humilhação.

“Quer dizer, depois a gente vai ver, por exemplo, o quanto que ser vaidosa e usar de algumas das coisas desse tipo me fez sobreviver na prisão. Porque eu fiz conta dessas coisas que são valores. Eu jamais me - tudo bem que eles me arrancassem a roupa, mas me levar nua, mas não me levavam mesmo. Eu enfiava, tirava o pijama, enfiava. Nunca fui de pijama, por exemplo. Eu colocava o pijama pra dormir. São coisas assim, que são valores. Faz um diferencial na hora, porque nessa hora você se movimenta de uma maneira diferente, e você não vai de quatro. Eu arrastada, não, não vou de quatro. Vou esperneando sempre né.”⁴⁶

Nesse trecho, Nilce aponta que, conservando aspectos de sua individualidade, conseguiu manter-se erguida frente à tortura. Buscou preservar sua identidade através de atitudes aparentemente simples, como o uso do pijama e, dessa forma, assegurou sua dignidade em uma situação armada para desestabilizar, humilhar e retirar da pessoa qualquer chance de resistência.

Honório Peres e Tapir Rocha, pai de Marta, também foram torturados. Ao tocar nesse assunto, a esposa de Honório, que participou da entrevista, confidenciou que nunca havia ouvido o marido dizer como foi torturado, que ia saber naquele momento. No entanto, Honório falou superficialmente sobre como se deram seus interrogatórios:

“Os interrogatórios eram fortes. (...) Eles nunca me deram choques, por exemplo. Mas eles me deram tapa, que chamavam telefone, me deram um tapão no ouvido que fiquei ‘zzzz’, zunindo. Aliás, isso aí foi... Eu simulei também um pouco. Isso me tirou de dentro da

⁴⁶ Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, p. 6

cadeia. Esse local que nós estávamos era um local preparado pra isso. Então era um corredor enorme, com ventilador, com máquina de fazer barulho...[tortura] (...) Ali na Olavo Bilac, Serviço de Geografia do Exército. Era ali. Bah! Aquilo ali... Vou te contar, o sofrimento foi grande ali. Não foi pouco. E depois teve... Fiquei lá quanto tempo? (pergunta dirigida à Delly) Delly - Ai tu foste pro hospital. Honório - Ai eu fui parar no Hospital Militar. Me levaram de arrasto para o hospital. Me tiraram de lá até o Hospital Militar, em todo aquele meu estado deplorável, e ainda me botaram um de um lado, outro de outro, num fusca. Eles tinham um fusca.⁴⁷

A questão da tortura ocupou um espaço pequeno no relato de Honório, foi um assunto que ele mencionou pouco. O que é esperado, se notarmos que nem mesmo para a esposa ele contou como havia sido. No trecho, podemos ver que o advogado tentou minimizar os efeitos do interrogatório ao falar que havia simulado um pouco o sofrimento para sair daquela situação. No entanto, se ele saiu da tortura para o hospital é bem possível que o interrogatório tenha sido acompanhado de violência física.

Depois de sair do hospital, Honório foi levado para um quartel onde sofreu tortura psicológica, ao passar a noite em uma cela fechada com um rato. Ele comenta que, por sorte, conhecia o coronel Gil Freitas, que havia sido seu amigo de infância:

“Eu cheguei numa semana santa. Tiraram um pobre de um soldado louco lá que estava em uma cadeia fechada só com uns caninhos, assim (gestos demonstrando), escuro, e me colocaram lá. E eu no chão, não tinha cama, não tinha nada, eu no chão. (...) Um troço horroroso, um troço infame. Então ali vinha um ratão, um ratão desse tamanho (gesto). Olha, tinha mais medo do rato que tudo. E aquele rato ‘velho’, com aquele rabo de arrasto, e eu fazia assim (batendo os pés) para ele ir embora e ele não ia. E passei a noite, a noite assim. Ai quando chegou a manhã, chegou o coronel, me tirou de lá.”⁴⁸

Aí podemos inferir que, por se tratar de um homem público, Honório detinha uma rede social grande, sua vida política permitiu a ele o acaso de conhecer uma pessoa dentro do quartel, que o ajudou a sair dali. A maior possibilidade dos homens de transitarem por espaços fora do âmbito familiar e de ter contato com outras pessoas que frequentavam esses espaços foi uma vantagem para Honório.

Marta relata que, tendo ficado com pânico de andar de avião, Tapir nunca havia falado sobre a tortura para a família. Ela somente soube um pouco do que havia ocorrido com a pai durante a prisão por ter ficado atrás da porta, ouvindo a conversa dos adultos:

“Eu ouvi ele relatando para o senhor [João Carlos] Guaragna, que era um senhor que ia muito na nossa casa, (...) e ele falava que foram muitos dias e que era uma sala onde eles baixaram todos os livros, deveria ser uma biblioteca, ele estava de olhos vendados. Ai batiam nele, ele não conseguia ficar de pé, e sempre aquela coisa. E uma coisa que me chocou que eu lembro muito bem, ele chegou e disse assim pro Guaragna: ‘e uma vez que eu estava lavando meu rosto, tinha saído da tortura, estava lavando meu rosto cheio de sangue assim, e chega um assim, e ainda faz assim na minha cabeça (gesto) [e diz:] aqui

⁴⁷ Entrevista concedida por Honório Perez, p. 12

⁴⁸ Entrevista concedida por Honório Perez, p.13

comunista filha da puta!'. E aí enfiou o rosto dele todinho, e entrou a torneira na testa dele toda assim. Então, o pai tinha essa marca muito grande na testa assim. Quando eu vi, lá quando nós fomos no SESME e voltando lá, [19]64, ele estava todo assim, todo lanhado, ele ficou com a marca para sempre. Então, eu soube da tortura do meu pai ouvindo atrás da porta. Ele nunca relatou pros filhos.”⁴⁹

Da mesma forma que Honório, a vida pública de Tapir permitiu que dentro da rede social da qual ele fazia parte houvesse pessoas que pudessem tentar ajuda-lo. Marta conta que um líder sindical bancário foi até sua casa e perguntou se ali morava a família de Tapir. Estava lá para dizer que o amigo corria perigo e que devia ser retirado do SESME o mais rápido possível, pois estava apanhando muito e poderia morrer. Após dez dias sem saber o paradeiro do pai, Marta e sua família descobriram onde ele estava preso e foram vê-lo e tentar retirá-lo de lá.

Acerca dos silêncios sobre a tortura, Graciela Sapriza (2010) comenta que os lacônicos testemunhos de vítimas sobre o assunto refletem a impossibilidade de externalizar a agonia sofrida. A linguagem falha ao tentar expressar o terror e a crueldade da tortura, sendo difícil encontrar memórias que expliquem tamanho medo. Desse modo, o corpo, mais do que a memória verbal, em suas cicatrizes e seqüelas, revela uma lembrança que não pode ser contada.

Ferreira (1996) chama a atenção para os efeitos da tortura na sociedade brasileira durante a ditadura. Esses interrogatórios causavam medo nas pessoas que deles ouviam falar, medo de se envolver na luta contra a repressão e até de ajudar amigos e familiares. Era esta uma forma de coerção pelo exemplo. Mesmo que praticada clandestinamente, a tortura surtia efeito para além dos quartéis.

Provavelmente esses dois militantes tentaram poupar seus familiares da situação a que foram submetidos, para evitar maiores problemas. Para além disso, podemos pensar em uma tendência, nessas entrevistas, que os homens têm de falar preferencialmente sobre questões relacionadas às suas vidas públicas, já que optaram por conceder um depoimento sobre o envolvimento com a política e seus desdobramentos. É nesse momento que percebemos as dimensões pública e privada juntas, na medida em que as consequências de seus posicionamentos contra o regime afetaram não só empregos, partidos, organizações, mas também aspectos da vida privada dos militantes, como ficou muito claro nos casos da Marta e Flávia. Acontece que, em uma situação de entrevista, é muito difícil falar somente sobre atividades públicas, já que o testemunho evoca aspectos subjetivos das pessoas.

⁴⁹ Entrevista concedida por Marta Sicca da Rocha, p. 8

Jair Krischke não foi preso, tampouco torturado. Seu relato tem a intenção de narrar a trajetória e destacar a importância do movimento pelos direitos humanos, do qual faz parte. As informações contidas no material contemplam questões consideradas por ele relevantes para estes fins. O inusitado, por exemplo, aconteceu quando, com a câmera desligada, o militante sentiu-se à vontade para comentar sobre como havia sido gratificante para ele ajudar tantas pessoas, e para contar um caso, de uma menina que ele havia ajudado muito ao nascer, e que depois de muitos anos retornara ao Brasil e encontrara-se com ele. Tais informações, ao seu ver, estavam fora da proposta do relato. Evidentemente, por ser uma pessoa que fala frequentemente em conferências, reuniões, palestras, Jair já possui uma narrativa mais ou menos esquematizada para passar a mensagem que considera importante. Devemos levar isso em consideração.

Raul Ellwanger, que teve a entrevista mais longa e mais rica, do ponto de vista da diversidade de assuntos, narrou suas vivências, na maioria das vezes, na primeira pessoa do plural, além de utilizar bastante tempo do relato fazendo análises conjunturais e contextualizado suas ações na história da América Latina, das ditaduras, ou falando sobre as diferentes tendências musicais no sul do continente, etc. Sendo assim, analisando os relatos de maneira geral, as formas de falar sobre o passado na exposição de Flávia, Marta e Nilce são relacionadas a como suas atuações políticas ou aquelas dos familiares geraram consequências no âmbito pessoal de suas vidas, enquanto que nos relatos de Honório, Raul e Jair foi possível verificar apresentações mais genéricas, com ênfase em temas como partidos, organizações, conjuntura política, etc. Enfim, são relatos sobre suas vidas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar um olhar sobre a ditadura brasileira, utilizando relatos de história oral como fontes, que, relacionados entre si, e com a bibliografia, permitiram uma aproximação com a realidade daqueles vinte e um anos. Empregando o gênero como categoria de análise foi possível perceber como se davam as relações entre homens e mulheres e como

eles e elas interagiam entre si e em oposição ao Estado. Pôde-se perceber também as questões que influenciaram na elaboração de uma memória que atribuiu diferentes formas de atuação e participação política naquele momento para homens e para mulheres.

Esta pesquisa permitiu que as seis pessoas entrevistadas tivessem suas histórias consideradas para pensarmos sobre a ditadura. Os relatos de histórias individuais foram utilizados para elaborar uma história comum. Explorando as formas de atuação dos entrevistados nos aproximamos de algumas daquelas tantas que existiram na luta contra a ditadura.

Procuramos retirar das fontes aspectos relativos ao confronto entre o Estado, com seus representantes e seus mecanismos de legitimação, e a parcela da sociedade brasileira que tentou combater os governos militares. Dessa forma foi possível abranger a história da ditadura partindo de vivências específicas. Os testemunhos deram ênfase a questões que julgaram pertinentes para compreender parte do passado, e foi a partir daí que a pesquisa foi elaborada.

A apresentação dos autores dos testemunhos, organizada de maneira cronológica, dividida em duas gerações, possibilitou o entendimento de que, ao longo do período estudado, os agentes sociais e as práticas de combate e de repressão diversificaram-se, bem como os anseios e projetos dos atores sociais envolvidos.

A heterogeneidade das vivências foi importante para apreender sob diferentes olhares o período estudado. Vimos, por exemplo, como uma criança entendeu as ações de seu pai e a repressão sobre ele, que afetou diretamente sua família e sua infância, como foi o caso de Marta. Conhecemos, também, a dedicação integral de uma militante que entregou sua vida para o projeto de uma organização política, como no caso de Nilce.

Foi possível encontrar significativos indícios da percepção e da organização das relações de gênero na sociedade brasileira durante a ditadura, a partir da compreensão das formas de atuação política dos seis entrevistados, da interação deles com organizações de oposição e no contato direto com agentes da repressão. Esse panorama confirmou a ideia de alguns autores de que a luta contra a ditadura significou, no Brasil, a saída das mulheres do âmbito privado da sociedade para atuar também na esfera pública. Se considerarmos que nossas entrevistadas pertenceram à geração de 1968, e que a geração de 1964, neste trabalho, foi representada por homens (Honório e os pais de Marta e Flávia) pode-se verificar assim a maior possibilidade das mulheres se engajarem no contexto da grande movimentação estudantil de 1968, com suas propostas de novos costumes e novos valores para as relações sociais, que, para aquela juventude, necessitavam ser menos desiguais.

Para exemplificar uma tendência maior dos homens participarem da política nos anos anteriores ao golpe de 1964, podemos encontrar indícios também no sistema educacional daquela época, que provavelmente reproduzia as formas de como a sociedade se organizava. Honório lembrou que muitos militantes comunistas gaúchos haviam estudado no colégio Júlio de Castilhos, que era uma escola para rapazes. O colégio Inácio Montanha era uma escola para moças, só o fato de existirem instituições diferentes para meninos e meninas é considerável para pensar que a formação desses alunos foi distinta.

A respeito das diferentes formas de atuação feminina, confirmou-se também a interpretação de que ocorreu uma ruptura com as funções que eram atribuídas às mulheres até aquele momento, como no caso daquelas que militaram em movimentos de oposição ao regime, ou como no caso daquelas que militaram em movimentos pela conquista das liberdades democráticas. É relevante frisar que, mesmo tendo um espaço ainda pequeno de participação política, foi naquele momento que algumas mulheres romperam com os códigos de gênero estabelecidos para participar ativamente do processo histórico, como foi o caso de Nilce, por exemplo, que ocupou um cargo de liderança na AP, e que como Flávia, causou surpresa entre os militares quando foi presa.

Outra questão verificada neste trabalho se refere à memória social elaborada através dos anos sobre as formas de participação feminina e masculina na luta contra a ditadura. A memória pautada por valores ainda tradicionais, para os quais a participação feminina no embate se deu apenas no sentido de minimizar os efeitos do conflito e tomar a frente das negociações de reparação, por simbolizarem o cuidado e a proteção foi expressa na fala de Jair. Já Flávia e Nilce representam outro tipo de participação política na luta, que, em função de terem representado uma parcela menor da sociedade brasileira, podem ter passado despercebidas em abordagens mais generalizadas, que costumam representar o universo masculino.

Em relação à elaboração da memória individual, verificada nas entrevistas concedidas, pôde-se perceber particularidades. Estas podem ser pensadas em relação ao gênero. Mesmo que a elaboração da memória aconteça no seio de contextos sociais, a identidade de cada um também é relevante nesse processo. Como demonstrado neste trabalho, a definição das identidades é vinculada a certas atividades em detrimento de outras, o que pode ser relacionado com a importância que os âmbitos público e privado têm para a maneira que o indivíduo constrói seu relato.

Sendo assim, é possível pensar que os testemunhos dos homens foram mais impessoais e centraram suas falas em assuntos de suas vidas públicas, ao passo que, os relatos

das mulheres permitiram um olhar mais aprofundado sobre como suas trajetórias políticas foram influenciadas por aspectos subjetivos delas e como esse passado afetou suas vidas particulares. No entanto, para entender por que os homens narraram de maneira mais impessoal seu passado e as mulheres de forma mais subjetiva, permitindo mais detalhes e um conhecimento mais profundo de suas histórias, conforme verificado nestes testemunhos, o processo de elaboração a memória individual deve ser investigado mais profundamente.

No que se refere à repressão do Estado sobre seus cidadãos, este trabalho confirmou as afirmações dos autores sobre o tema, que apontaram para especificidades na violência política cometida contra as mulheres. Os exemplos de Flávia e de Nilce demonstraram isso. A vivência de Nilce dentro da AP mostrou que a hierarquia entre os gêneros permeou também as relações dentro da oposição, confirmando, assim, a ideia de que, naquele momento, a luta das esquerdas brasileiras por uma organização social diferente não incluía o debate das relações de gênero.

Sobre a influência da vida privada das entrevistadas para o engajamento político é considerável o fato de que os pais de Marta, Flávia e Nilce haviam tido uma vivência em espaços institucionais de política. Pode-se dizer que elas tiveram exemplos de militância de esquerda dentro de casa e que se inspiraram em algumas das ideias dos pais na formação de suas próprias convicções. No caso de Flávia e Marta, suas vivências foram marcadas pelos desdobramentos da militância de seus pais, que, conforme demonstrado, foram duramente reprimidos, a partir do golpe, quando elas ainda eram crianças.

Ainda sobre a influência dos pais para essas mulheres, podemos pensar no peso que este fator teve em seus relatos. Flávia e Marta, em seus depoimentos, se colocaram como porta-vozes dos deles. Ambas preocuparam-se em demonstrar como as trajetórias políticas de seus pais tiveram relação direta com suas vidas e com a forma delas se posicionarem politicamente. Não chegamos a explorar aqui os relatos que estas mulheres fizeram sobre suas mães, mas eles foram marcados, em termos gerais, pelo registro do apoio prestado a elas e à família, na ausência dos pais.

Por fim, cremos que o objetivo deste trabalho de inserir a categoria gênero para pensar a ditadura foi cumprido. A intenção desse tipo de análise foi compreender melhor as relações sociais expressas naquele contexto, bem como verificar como estas deram sentido à produção e ao entendimento da história da ditadura no Brasil. Para tanto, a ocupação daqueles agentes históricos dos espaços público e privado da vida social foi uma variável que permitiu explicar melhor como homens e mulheres agiram politicamente ao se engajarem na luta contra a ditadura e como a repressão agiu sobre eles.

REFERÊNCIAS

FONTES

Entrevista concedida por Flávia Schilling ao Projeto Marcas da Memória, em dezoito de julho de 2011, em São Paulo, sob a coordenação das Professoras Carla Simone Rodeghero e Maria Paula Araújo, com a participação de Ana Carolina, Fernanda Abreu e Glenda Gati.

Entrevista concedida por Honório Perez ao projeto Marcas da Memória, em quatro de maio de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação de Dante Guimaraes Guazzelli e com a participação de Isabela Berté, Milene Bobsin e Rosemary Brum.

Entrevista concedida por Jair Krischke, ao Projeto Marcas da Memória, em vinte e um de setembro de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Simone Rodeghero e com a participação de Isabela Berté e Milene Bobsin.

Entrevista concedida por Marta Sicca da Rocha ao Projeto Marcas da Memória, em vinte e um de maio de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Simone Rodeghero e com a participação de Gabriel Dienstmann, Isabela Berté, e Rosemary Brum.

Entrevista concedida por Nilce Azevedo Cardoso, ao Projeto Marcas da Memória, em 18 de maio de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Rodeghero e com a participação de Gabriel Dienstmann, Milene Bobsin e Ricardo Valentini.

Entrevista concedida por Raul Ellwanger, ao Projeto Marcas da Memória, em sete de julho de 2011, em Porto Alegre, sob a coordenação da Professora Carla Simone Rodeghero e com a participação de Aryanne Torres Nunes e Ricardo Valentini .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. Quando eles eram jovens revolucionários. Os guerrilheiros das décadas de 60/70 no Brasil. In: VIANNA, Hermano (Org.) **Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 181 – 205.

ALBERT, Verena. Fontese Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKI, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984)**. Bauru: Edusc, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 321-353

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei número 10.559, de 13 de novembro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm>. Acesso em: 19 nov. 2011.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p.85-99, jan./jun., 2009. Jan - Jun.

COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher “subversiva”. **Contexto & Educação**, Ijuí, v.9, n. 36, p.16-23. 1994.

_____. **Choram Marias e Clarices: Uma questão de gênero no regime militar brasileiro**. 1994. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em História, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1994.

_____. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

HARRES, Marluza Marques. Movimentos sociais rurais. In: GERTZ, Rene; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 235-256.

JELIN, Elizabet. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España editores, 2001.

JAPA, Mario; OSAVA, Chizuo. 1968 a década do caos. In: BRASIL. Eliete Ferrer. Comissão de Anistia. **68 a geração que queria mudar o mundo: relatos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011. p. 53-56.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis. v. 2, n. 1, p.111-135, jan./jun., 2010.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MACHADO, V. A luta das mães de presos e desaparecidos contra a ditadura no Brasil. In: Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos, 2011, Porto Alegre: APERS, 2011.

MESSINA, Rina L. Acerca de las fuentes em las investigaciones históricas. In: MESSINA, Rina L. (org.). **Donde anida la memoria: reflexiones acerca del uso de las fuentes en la investigación histórica**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2000. p. 15-37.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.9-42, 2000.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, V. 2, n. 16, p. 305-332, mai./ago. 2008.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe (orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

RIDENTI, M.S. As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. **Tempo Social: Revista de Sociologia**. São Paulo, USP, 2 (2): 113-128, 2 sem., 1990.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTIMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. In: REIS, Aarão Daniel; RIDENTI, Marcel; MOTTA, Rodrigo Pato de Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004. p. 277 – 296

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de al democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe (orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 52 – 73

SAPRIZA, Graciela. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe (orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 94 – 114.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-97, 1995.